



**RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO  
2022**

**CUF - SOCIEDADE GESTORA DE  
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

## ÍNDICE

<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b> .....	5
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b> .....	7
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. ATIVIDADE</b> .....	8
<b>3. DESEMPENHO OPERACIONAL</b> .....	10
<b>4. DESEMPENHO FINANCEIRO</b> .....	11
<b>5. POSIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	12
<b>6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO</b> .....	15
<b>7. OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS</b> .....	16
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b> .....	17
<b>NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b> .....	25
<b>1. NOTA INTRODUTÓRIA</b> .....	26
<b>2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</b> .....	27
<b>3. ESTIMATIVA DE JUSTO VALOR</b> .....	62
<b>4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO</b> .....	63
<b>5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS</b> .....	65
<b>6. RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b> .....	68
<b>7. CUSTO DAS VENDAS</b> .....	69
<b>8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b> .....	70
<b>9. GASTOS COM O PESSOAL</b> .....	71
<b>10. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS</b> .....	72
<b>11. RESULTADOS FINANCEIROS</b> .....	73
<b>12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO</b> .....	74
<b>13. RESULTADO POR AÇÃO</b> .....	77
<b>14. GOODWILL</b> .....	77

15. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	81
16. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	83
17. ATIVOS POR DIREITO DE USO .....	86
18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	88
19. OUTROS INVESTIMENTOS .....	89
20. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS .....	90
21. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS .....	90
22. OUTROS DEVEDORES.....	94
23. OUTROS ATIVOS .....	94
24. INVENTÁRIOS .....	95
25. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES .....	96
26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	97
27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	98
28. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES .....	99
29. CAPITAL.....	100
30. RESERVA LEGAL .....	100
31. OUTRAS RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO .....	100
32. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM .....	101
33. EMPRÉSTIMOS .....	103
34. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS .....	105
35. PASSIVOS DE LOCAÇÃO .....	108
36. PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES .	109
37. OUTROS CREDORES .....	112
38. OUTROS PASSIVOS .....	113
39. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES .....	114
40. GARANTIAS .....	114
41. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	116
42. PARTES RELACIONADAS .....	117
43. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	120
44. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	126



<b>45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>126</b>
<b>46. EVENTOS SUBSEQUENTES.....</b>	<b>126</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....</b>	<b>128</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>129</b>



## ÓRGÃOS SOCIAIS

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

**Presidente:** Madalena Drummond Borges Barros Rodrigues

**Secretário:** Carlos José Castelo Branco Lobo de Vasconcellos

### Conselho de Administração

**Presidente:** Rui Alexandre Pires Diniz

**Vogais:** Catarina Marques da Rocha Gouveia

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Francisco Pedro Ramos Gonçalves Pereira

Paula Brito e Silva

### Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Pedro Miguel Argente de Freitas e Matos Gomes, nº1172

Fiscal único Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC nº1129



## RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

A small, handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials 'RZ'.

## RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

### 1. INTRODUÇÃO

A CUF – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“CUF SGPS” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída a 28 de abril de 2005, com sede social em Carnaxide, no distrito de Lisboa, tendo como atividade principal a gestão de participações sociais como forma indireta do período de tributação de atividades económicas. Em 4 de novembro de 2021, a Empresa alterou a sua designação social, anteriormente VALIR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A., para CUF- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

No âmbito de uma reestruturação societária do Grupo CUF, foi autonomizado no Grupo, em termos societários, o negócio da prestação de cuidados de saúde privados dos demais negócios do Grupo. Esta operação permitiu, desta forma, concentrar numa sub-holding (“CUF SGPS”) a gestão das participações sociais representativas do capital social das empresas que gerem e exploram as unidades de prestação de cuidados privados de saúde.

Em novembro de 2021 a CUF SGPS alienou a sua participação financeira na entidade Instituto Cuf – Diagnóstico e Tratamento, S.A. (“Instituto CUF”), ao Hospital CUF Porto, S.A. Adicionalmente, no final de novembro de 2021 foram adquiridas pela Empresa, a totalidade das participações sociais detidas pela CUF, S.A., no capital social das empresas Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda., Clínica CUF Alvalade, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Hospital CUF Tejo, S.A., Hospital CUF Porto, S.A. (que incorporou por fusão o Instituto CUF em dezembro do mesmo ano), Hospital CUF Viseu, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Centro Logístico, Unipessoal, Lda., Hospital CUF Coimbra, S.A., Cenes – Centro de Reprocessamento de dispositivos médicos, Lda., CUF – Gestão de Clientes e serviços de saúde, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A. e Clínica CUF Belém, S.A., bem como créditos a receber daquelas entidades.

A Empresa tem como único acionista a CUF, S.A. (100%), que tem sede em Lisboa, sendo as demonstrações financeiras da CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Consequentemente, as operações e transações da Empresa são influenciadas pelas decisões do Grupo CUF.

### 2. ATIVIDADE

Após dois anos marcados pela pandemia Covid-19, em particular no setor da saúde, a CUF SGPS regista, em 2022, uma evolução positiva da atividade assistencial, refletindo o aumento da capacidade instalada

da rede, bem como o empenho e dedicação das equipas na resposta às necessidades de saúde da população.

Analisando a performance operacional e financeira do Grupo CUF SGPS a 31 de dezembro de 2022, destacam-se os seguintes aspetos:

- Os indicadores assistenciais da CUF SGPS evoluíram de forma positiva face aos períodos homólogos, destacando-se os serviços de Urgência com crescimentos de 44,9% em relação a 2021. As Consultas e as Cirurgias cresceram 7,4% e 8,3% face a 2021, respetivamente.
- Os Rendimentos operacionais consolidados atingiram o valor de 624,0 milhões de euros e um *EBIT* (Resultado operacional) consolidado de 37,2 milhões de euros;
- O Grupo CUF SGPS obteve um Resultado líquido consolidado de 12,5 milhões de euros em 2022;
- O rácio de Dívida financeira líquida sobre *EBITDA* (Resultado operacional acrescido de amortizações e depreciações e provisões e perdas por imparidade) atingiu em 2022 um valor de 2,60x e a Autonomia financeira de 65,4%.
- Destaque para as aberturas do Hospital CUF Trindade e Clínica CUF Montijo. O Hospital CUF Trindade, que resulta de uma parceria com a Ordem da Trindade, uma instituição de solidariedade social com quase três séculos de história, vem reforçar a oferta dos cuidados no centro da cidade do Porto, contribuindo, igualmente, para fortalecer a presença da rede CUF a norte do país e colocá-la, assim, ao serviço de cada vez mais portugueses. A Clínica CUF Montijo, que funcionará em articulação com o Hospital CUF Descobertas. Com a abertura desta clínica, a CUF torna-se uma rede cada vez mais abrangente e próxima, respondendo às necessidades de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de cada vez mais pessoas.

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Indicadores Assistenciais

(Milhares)	2022	2021 <sup>1</sup>	22 vs 21 %
Consultas	2 543,5	2 369,0	7,4%
Urgências	408,5	281,9	44,9%
Cirurgias	57,5	53,1	8,3%
Dias de internamento <sup>1</sup>	139,3	130,0	7,2%
Partos	4,0	3,8	3,2%

<sup>1</sup> Valores de 2021 referentes ao ano completo de atividade das unidades CUF

No exercício de 2022, a CUF SGPS manteve o crescimento sustentado da sua atividade assistencial, tendo-se verificado uma evolução positiva nos indicadores assistenciais face aos períodos homólogos. Destaque para os serviços de Urgências, que aumentaram em 44,9% relativamente a 2021. As Consultas e Cirurgias tiveram um crescimento, face a 2021, de 7,4% e 8,3%, respetivamente. Os Partos registaram uma evolução positiva, tendo ficado 3,2% acima dos realizados em 2021.

#### 4. DESEMPENHO FINANCEIRO

##### Demonstração de Resultados Consolidados

(Milhões de Euros)	2022	2021 <sup>1</sup>	Var %
<b>Rendimentos operacionais</b>	624,0	63,7	880,4%
Gastos operacionais <sup>2</sup>	(519,0)	(51,5)	907,0%
<b>EBITDA</b>	105,1	12,1	767,0%
Margem EBITDA	16,8%	19,0%	-2,2p.p.
Amortizações e Provisões	(67,9)	(2,6)	2521,3%
<b>EBIT</b>	37,2	9,5	290,2%
Margem EBIT	6,0%	15,0%	-9,p.p.
<b>Resultados financeiros</b>	(15,9)	(2,0)	-699,7%
<b>EBT</b>	21,3	7,5	182,5%
Impostos sobre o rendimento	(8,6)	0,8	-1135,9%
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	12,7	8,4	51,3%
Resultado líquido do exercício atribuível aos interesses que não controlam	(0,2)	(0,1)	52,9%
<b>Resultado líquido atribuível a detentores de capital</b>	12,5	8,3	51,3%

<sup>1</sup> Valores de 2021 referentes apenas ao mês de dezembro de 2021

<sup>2</sup> Excluindo amortizações e provisões

No exercício de 2022, a CUF SGPS atingiu Rendimentos operacionais consolidados de 624,0 milhões de euros e um *EBIT* consolidado de 37,2 milhões de euros.

##### Resultados financeiros

(Milhões de Euros)	2022	2021 <sup>1</sup>	Var %
Gastos financeiros	(16,4)	(2,4)	588,2%
Rendimentos financeiros	1,3	0,3	286,4%
Resultados relativos a empresas associadas	(0,7)	(0,0)	4525,6%
Resultados relativos a atividades de investimento	(0,1)	0,1	-207,6%
<b>Resultados financeiros</b>	(15,9)	(2,0)	700,1%

<sup>1</sup> Valores de 2021 referentes apenas ao mês de dezembro de 2021

Os Resultados financeiros de 2022 foram negativos em 15,9 milhões de euros.

##### Resultado líquido

O Resultado líquido atribuível a detentores de capital de 2022 foi de 12,5 milhões de euros.

## Investimento

O total de Investimento realizado no exercício de 2022 foi de 55,6 milhões de euros.

## 5. POSIÇÃO FINANCEIRA

(Milhões de Euros)	2022	2021	Var.
<b>Ativos não correntes</b>	<b>1 278,6</b>	<b>1 284,7</b>	<b>-6,2</b>
Goodwill	857,2	864,9	-7,8
Ativos intangíveis	24,0	25,0	-1,0
Ativos fixos tangíveis	69,1	60,4	8,7
Ativos por Direito de uso	323,7	329,5	-5,8
Investimentos financeiros	0,3	0,6	-0,3
Outros investimentos	1,5	1,5	0,0
Ativos por impostos diferidos	2,4	2,6	-0,2
Outros devedores	0,3	0,0	0,3
<b>Ativos correntes</b>	<b>207,2</b>	<b>165,6</b>	<b>41,6</b>
Inventários	13,6	16,0	-2,4
Clientes e adiantamentos a fornecedores	85,4	68,7	16,6
Outros ativos financeiros	0,0	5,1	-5,1
Ativo por imposto corrente	0,1	0,1	0,0
Estado e outros entes públicos	1,8	1,8	0,0
Outros devedores	3,7	1,8	1,9
Outros ativos	24,7	23,1	1,6
Outros instrumentos financeiros	49,6	27,8	21,7
Caixa e depósitos bancários	28,3	21,2	7,2
Ativos não correntes detidos para venda	0,0	7,4	-7,4
<b>Total do Ativo</b>	<b>1 485,7</b>	<b>1 457,7</b>	<b>28,0</b>

(Milhões de Euros)	2022	2021	Var.
<b>Capital Próprio</b>	<b>971,1</b>	<b>957,3</b>	<b>13,7</b>
Capital	954,5	954,5	0,0
Reservas + resultados transitados	1,2	-8,3	9,5
Resultado líquido consolidado	12,5	8,3	4,2
Interesses que não controlam	2,8	2,9	0,0
<b>Passivo</b>			
<b>Dívida Bruta Financeira</b>	<b>351,0</b>	<b>348,3</b>	<b>2,6</b>
Empréstimos	15,2	10,1	5,1
Passivos de locação	327,2	329,4	-2,2
Outros passivos financeiros	8,6	8,9	-0,3
<b>Outros Passivos</b>	<b>163,7</b>	<b>152,0</b>	<b>11,7</b>
Benefícios aos empregados	0,9	1,1	-0,3
Provisões	6,7	6,7	0,1
Passivos por impostos diferidos	1,0	0,5	0,5
Fornecedores e adiantamentos de clientes	84,5	59,1	25,3
Passivo por imposto corrente	0,8	7,8	-7,0
Estado e outros entes públicos	5,7	4,2	1,5
Outros credores	18,3	5,4	12,9
Outros passivos	45,8	67,1	-21,3
<b>Total do Passivo</b>	<b>514,7</b>	<b>500,4</b>	<b>14,3</b>
<b>Passivo + Capital Próprio</b>	<b>1 485,7</b>	<b>1 457,7</b>	<b>28,0</b>

A 31 de dezembro de 2022, verifica-se um incremento do ativo em 28,0 milhões de euros face ao final de 2021, atingindo o montante de 1.485,7 milhões de euros (+1,9%). Destaque para o aumento dos saldos dos Ativos fixos tangíveis, Clientes e adiantamentos a fornecedores e Outros instrumentos financeiros.

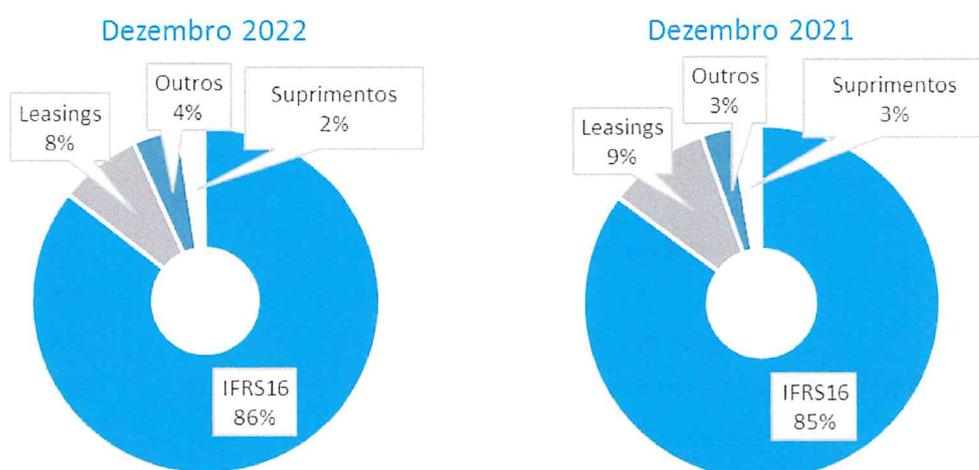
O Capital próprio registou um aumento no valor de 13,7 milhões de euros no exercício, perfazendo um total de 971,1 milhões de euros, impactado pelo resultado líquido consolidado do período.

A Dívida financeira bruta registou um valor de 351,0 milhões de euros no final do ano, tendo aumentado em 2,6 milhões de euros face ao final de 2021. Ao nível do total dos outros passivos, existiu um crescimento em 11,7 milhões de euros face a dezembro de 2021, por via do aumento do saldo de Fornecedores e adiantamentos de clientes e Outros credores.

### Perfil da Dívida Financeira

No final de 2022, a dívida financeira da CUF SGPS é maioritariamente constituída por contratos de locação relativos a arrendamento dos imóveis das suas unidades hospitalares e contratos de locação de equipamentos.

Nos gráficos seguintes, pode verificar-se o detalhe do perfil de dívida do Grupo CUF SGPS a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021.



### Rácios Financeiros

(Milhões de Euros)	2022	2021
Autonomia financeira	65,4%	65,7%
Solvabilidade	188,7%	191,3%
Dívida financeira líquida <sup>1</sup> (milhões de euros)	273,1	299,4
Dívida financeira líquida/EBITDA <sup>2</sup>	2,60	NA
EBITDA/Gastos financeiros <sup>2</sup>	6,40	NA

<sup>1</sup> Considera Dívida Financeira Bruta deduzida de Caixa e depósitos bancários e Outros instrumentos financeiros correntes

<sup>2</sup> Considerando que em 2021 os valores da Demonstração de Resultados apenas se referem ao mês de dezembro, os rácios de Dívida financeira líquida/EBITDA e EBITDA/Gastos financeiros não são aplicáveis

Ao nível da Autonomia financeira e Solvabilidade, verifica-se uma evolução ligeiramente negativa face a dezembro de 2021, o que se explica pelo aumento do Capital próprio proporcionalmente inferior ao do Ativo e Passivo.

Os rácios de Dívida financeira líquida sobre *EBITDA* e de *EBITDA*/Gastos financeiros terminaram o ano de 2023 com um valor de 2,60x e de 6,40x, respetivamente.

## 6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

No decorrer do exercício de 2022 o Grupo deu passos significativos na estratégia de crescimento e consolidação da rede CUF a nível nacional. Com efeito, foi assinado em outubro de 2022, um acordo de princípio com os acionistas da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A., para aquisição da totalidade do capital daquela unidade hospitalar, localizada no município de Lagoa, em São Miguel, tendo-se concretizado a respetiva transação em março de 2023, pelo *enterprise value* de 42 milhões de euros. Inaugurado em março de 2021, o Hospital Internacional dos Açores é já uma unidade de saúde de referência, dispondo de uma capacidade instalada diferenciada e de uma oferta alargada de serviços, designadamente, atendimento urgente, bloco operatório, internamento, cuidados intensivos, hospital de dia e exames especiais. O Grupo contribuirá para a qualidade do trabalho desenvolvido até aqui pela atual equipa do HIA, com a qual a CUF espera continuar a contar no futuro.

Adicionalmente, no dia 27 de janeiro de 2023, a Clínica CUF Leiria iniciou a sua atividade, garantindo uma oferta alargada de cuidados de saúde diferenciadas e de experiência para os residentes de Leiria e concelhos vizinhos. Com este passo, a CUF consolida a dimensão nacional da sua rede, com unidades de referência nas cidades, no litoral e no interior do país, colocando-se, assim, ao serviço de cada vez mais portugueses. A abertura da clínica representa a primeira fase de um projeto que ficará concluído com a abertura do futuro Hospital CUF Leiria.

Adicionalmente, no final de 2023 foram adquiridas as participações sociais da Lusitana - Companhia de Seguros, S.A (69 920 ações), Montepio Geral - Associação Mutualista (66 240 ações) e de outros acionistas (14 208 ações) na CUF Belém, S.A., no montante de aproximadamente 2,9 milhões de euros, passando, a CUF SGPS a deter 96,40% da CUF Belém, S.A..

Em janeiro de 2024 foram adquiridas pela CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. as participações sociais dos outros acionistas da Clínica CUF Belém (64 ações).

Em 5 de janeiro de 2024, a CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa, detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa pelo *enterprise value* de 31,6 milhões de euros. A chegada a esta região é motivo de grande satisfação, pois permitirá disponibilizar a experiência de 78 anos na prestação de cuidados de saúde, bem como reforçar a oferta de cuidados diferenciados, junto do meio milhão de portugueses que aqui reside.

No âmbito do processo de contra-ordenação da AdC, em maio de 2023 foi emitido um despacho pelo Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação ("TCSR") condicionando o efeito suspensivo do recurso, e em consequência da obrigação do pagamento da coima aplicada pela AdC à prestação de garantia no valor correspondente a 50% do valor da mesma.

## 7. OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não adquiriu nem alienou ações, nem realizou qualquer negócio com membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, a Empresa não possui qualquer sucursal.





**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2022**

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Vendas e prestações de serviços	6	618 755	61 803
Outros rendimentos operacionais	6	5 266	1 849
<b>Rendimentos operacionais</b>		<b>624 020</b>	<b>63 652</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Custo das vendas	7	(81 756)	(6 019)
Fornecimentos e serviços externos	8	(281 659)	(25 949)
Gastos com o pessoal	9	(151 155)	(17 742)
Amortizações e depreciações	17	(49 928)	(5 913)
Provisões e perdas por imparidade	36	(17 949)	3 323
Outros gastos operacionais	10	(4 398)	(1 824)
<b>Gastos operacionais</b>		<b>(586 845)</b>	<b>(54 125)</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>37 176</b>	<b>9 527</b>
Gastos financeiros	11	(16 420)	(2 386)
Rendimentos financeiros	11	1 319	341
Resultados relativos a empresas associadas	11	(686)	(15)
Resultados relativos a atividades de investimento	11 e 19	(82)	76
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(15 869)</b>	<b>(1 984)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>21 307</b>	<b>7 544</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	12	(8 635)	834
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>12 672</b>	<b>8 378</b>
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses que não controlam	32	(164)	(107)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a detentores de capital</b>		<b>12 508</b>	<b>8 271</b>

**Outros itens do Rendimento Integral:**

**Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio consolidado que não serão reclassificados para resultados:**

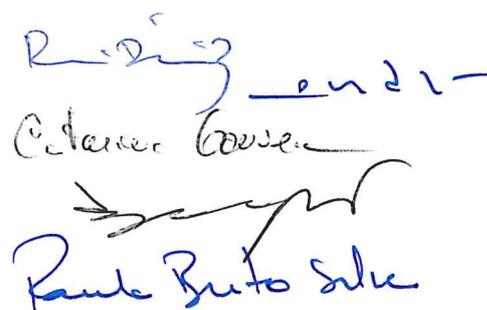
Revalorização de Ativos fixos tangíveis, líquida de efeito fiscal		1 077	-
Ganhos/ (Perdas) Atuariais		158	(11)
<b>Rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>13 906</b>	<b>8 367</b>
<b>Rendimento integral consolidado do exercício atribuível a interesses que não controlam</b>		<b>(164)</b>	<b>(107)</b>
<b>Rendimento integral consolidado do exercício atribuível a detentores de capital</b>		<b>13 743</b>	<b>8 260</b>
<b>Resultado consolidado básico (em euros)</b>			
Básico	13	0,23	0,01
Diluído	13	0,23	0,01

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado,



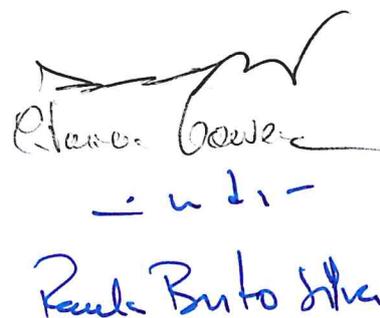
O Conselho de Administração,



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativos não correntes:</b>			
Goodwill	14	857 182	864 948
Ativos intangíveis	15	24 044	25 016
Ativos fixos tangíveis	16	69 138	60 445
Ativos por direito de uso	17	323 710	329 545
Investimentos financeiros	18	302	613
Outros investimentos	19	1 535	1 531
Ativos por impostos diferidos	21	2 392	2 637
Outros devedores	22	250	-
<b>Ativo não corrente</b>		<b>1 278 553</b>	<b>1 284 735</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Inventários	24	13 629	16 038
Clientes e adiantamentos a fornecedores	25	85 379	68 730
Outros ativos financeiros	20	-	5 092
Ativo por imposto corrente	26	83	73
Estado e outros entes públicos	26	1 780	1 773
Outros devedores	22	3 743	1 835
Outros ativos	23	24 686	23 052
Outros instrumentos financeiros	27	49 562	27 838
Caixa e depósitos bancários	28	28 331	21 155
<b>Ativo corrente</b>		<b>207 193</b>	<b>165 588</b>
Ativos não correntes detidos para venda		-	7 400
<b>Ativo</b>		<b>1 485 746</b>	<b>1 457 722</b>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	29	547	547
Outros instrumentos de capital	31	953 923	953 923
Reserva legal	30	12	5
Outras reservas		147	(11)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	31	1 077	-
Resultados transitados	31	8	(8 256)
Resultado líquido consolidado do exercício		12 508	8 271
		<b>968 222</b>	<b>954 479</b>
Interesses que não controlam	32	2 840	2 853
<b>Capital Próprio</b>		<b>971 062</b>	<b>957 332</b>

  
 Paulo Bento Silva

DMS

  
 R7  
 UG

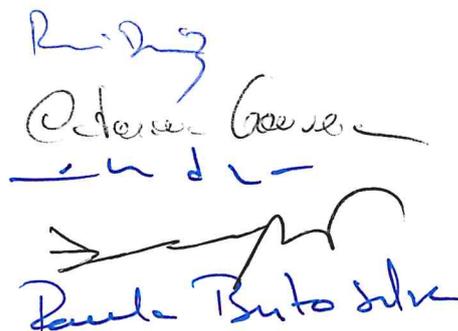
	Notas	31-12-2022	31-12-2021
<b>Passivos não correntes:</b>			
Passivos de locação	35	298 168	301 304
Benefícios aos empregados	34	872	1 130
Provisões	36	6 734	6 672
Outros credores	37	1 664	450
Passivos por impostos diferidos	21	1 035	509
<b>Passivo não corrente</b>		<b>308 475</b>	<b>310 064</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	33	15 198	10 083
Passivos de locação	35	29 042	28 092
Outros passivos financeiros	20	8 565	8 869
Fornecedores e adiantamentos de clientes	39	84 466	59 141
Passivo por imposto corrente	26	798	7 810
Estado e outros entes públicos	26	5 700	4 228
Outros credores	37	16 663	4 985
Outros passivos	38	45 776	67 118
<b>Passivo corrente</b>		<b>206 210</b>	<b>190 325</b>
<b>Passivo</b>		<b>514 685</b>	<b>500 390</b>
<b>Passivo e Capital Próprio</b>		<b>1 485 746</b>	<b>1 457 722</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Capital	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Outras variações do capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado do exercício	Interesses que não controlam	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>21 226</b>	-	-	-	<b>(1 625)</b>	<b>(27 396)</b>	<b>90</b>	-	<b>(1 074)</b>
Aplicação do resultado de 2020:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	86	(86)	-	-
Transferência para Reserva legal	-	-	5	-	-	-	(5)	-	-
Redução de capital	29	(20 679)	-	-	-	20 679	-	-	-
Outras operações	-	-	-	(11)	1 625	(1 625)	-	-	(11)
Constituição de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	953 923
Concentrações empresariais	32	953 923	-	-	-	-	-	2 746	2 746
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	8 271	107	8 378
<b>Total do rendimento integral consolidado do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8 271</b>	<b>107</b>	<b>8 367</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>547</b>	<b>953 923</b>	<b>5</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>(8 256)</b>	<b>8 271</b>	<b>2 853</b>	<b>957 332</b>

  
 Rui Dias  
 Presidente da Assembleia Geral

  
 Paula Bute Silva



Notas	Capital	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado do exercício	Interesses que não controlam	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>547</b>	<b>953 923</b>	<b>5</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>(8 256)</b>	<b>8 271</b>	<b>2 853</b>	<b>957 332</b>
Aplicação do resultado consolidado líquido de 2021:									
Transferência para Resultados transitados 31	-	-	-	-	-	8 264	(8 264)	-	-
Transferência para Reserva legal 30 e 31	-	-	7	-	-	-	(7)	-	-
Dividendos distribuídos 31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis, líquida de efeito fiscal 31	-	-	-	-	1 090	-	-	-	1 090
Ganhos/(Perdas) atuariais 34	-	-	-	158	-	-	-	-	158
Outras operações 31	-	-	-	-	(13)	-	-	-	(13)
Dividendos distribuídos 31	-	-	-	-	-	-	-	(177)	(177)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	12 508	164	12 671
<b>Total do rendimento integral consolidado do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158</b>	<b>1 077</b>	<b>-</b>	<b>12 508</b>	<b>164</b>	<b>13 906</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>547</b>	<b>953 923</b>	<b>12</b>	<b>147</b>	<b>1 077</b>	<b>8</b>	<b>12 508</b>	<b>2 840</b>	<b>971 062</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

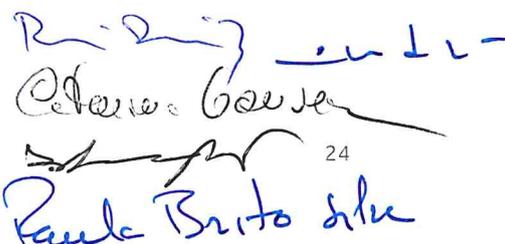
	Notas	31-12-2022	31-12-2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		610 767	74 984
Pagamentos a fornecedores		(370 127)	(31 463)
Pagamentos ao pessoal		(147 503)	(17 742)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5 937)	(400)
Outros recebimentos/(pagamentos) da atividade operacional		(1 356)	2 385
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>85 843</b>	<b>27 764</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Alienação de ativos fixos tangíveis		5 566	-
Juros e recebimentos similares		462	23
Outros recebimentos		2 500	-
Outros investimentos		257	-
Dividendos	18	153	-
		<b>8 939</b>	<b>23</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Aquisição de subsidiárias	41	(2 189)	(928 447)
Aquisição de ativos fixos tangíveis		(15 369)	(1 717)
Aquisição de ativos intangíveis		(5 987)	-
Outros investimentos		(250)	-
		<b>(23 796)</b>	<b>(930 164)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(14 857)</b>	<b>(930 141)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos	33	5 259	-
Realizações capital e de outros instrumentos de capital	31	-	953 923
		<b>5 259</b>	<b>953 923</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos	33	(162)	(6 029)
Contratos de locação	35	(30 752)	(3 580)
Juros e gastos similares		(16 272)	(2 088)
Dividendos pagos e resultados distribuídos		(177)	-
		<b>(47 363)</b>	<b>(11 698)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(42 104)</b>	<b>942 225</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>28</b>	<b>38 935</b>	<b>(913)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)</b>		<b>28 882</b>	<b>39 848</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>28</b>	<b>67 817</b>	<b>38 935</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,





**NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**





## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CUF – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“CUF SGPS” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída a 28 de abril de 2005, com sede social em Carnaxide, no distrito de Lisboa, tendo como atividade principal a gestão de participações sociais como forma indireta do exercício de atividades económicas.

Em 4 de novembro de 2021, a Empresa alterou a sua designação social, anteriormente VALIR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., para CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

No âmbito de uma reestruturação societária do Grupo CUF, foi separado, em termos societários, o negócio da prestação de cuidados de saúde privados dos demais negócios do Grupo. Esta operação permitiu, desta forma, concentrar numa sub-holding (“CUF SGPS”) a gestão das participações sociais representativas do capital social das empresas que gerem e exploram as unidades de prestação de cuidados privados de saúde.

Em novembro de 2021 a CUF SGPS alienou a participação financeira anteriormente detida na entidade Instituto Cuf – Diagnóstico e Tratamento, S.A. (“Instituto CUF”), ao Hospital CUF Porto, S.A. Adicionalmente, no final de novembro de 2021 foram adquiridas pela Empresa a totalidade das participações sociais detidas pela CUF, S.A., no capital social das empresas Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda., Clínica CUF Alvalade, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Hospital CUF Tejo, S.A., Hospital CUF Porto, S.A. (que incorporou por fusão o Instituto CUF em dezembro do mesmo ano), Hospital CUF Viseu, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Centro Logístico, Unipessoal, Lda., Hospital CUF Coimbra, S.A., Cenes – Centro de Reprocessamento de dispositivos médicos, Lda., CUF – Gestão de Clientes e serviços de saúde, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A. e Clínica CUF Belém, S.A..

Em outubro de 2022, o Grupo adquiriu o remanescente do capital do Hospital CUF Trindade (53,22%), data em que ocorreu a reabertura oficial do Hospital após a conclusão das obras de remodelação, tendo nessa data adquirido o controlo daquela entidade, anteriormente uma associada registada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 7). Adicionalmente, em dezembro de 2022 a Clínica CUF Montijo iniciou a sua atividade garantindo aos residentes no concelho do Montijo e concelhos vizinhos, o acesso a cuidados de saúde diferenciados e de excelência.

O universo empresarial da CUF SGPS é formado pela Empresa e pelas suas empresas subsidiárias e associadas descritas na Nota 4 (“Grupo” ou “Grupo CUF SGPS”) e tem como atividade principal a

prestação de cuidados de saúde, nomeadamente na área da prestação de cuidados de saúde privados, na prestação de cuidados de saúde domiciliários e ainda na prestação de serviços de logística e reprocessamento de dispositivos médicos.

A Empresa é a empresa-mãe das empresas descritas na Nota 4 e apresenta demonstrações financeiras consolidadas a partir de 1 de janeiro de 2022. A Empresa tem como único acionista a CUF, S.A. (100%) que tem sede em Lisboa. O Grupo CUF SGPS é incluído no perímetro de consolidação da CUF, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe (Nota 29) e controladora.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2024 e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral a convocar nos termos da lei e dos estatutos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CUF SGPS foram elaboradas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), tal como adotados pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Nota 4).

Adicionalmente, não ocorreram outras alterações nas principais estimativas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Nota 4).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo em operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial e

outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. O Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades e cumprir integralmente com as suas obrigações, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações nas Demonstrações financeiras consolidadas.

Os valores apresentados são expressos em milhares de euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera. Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais apresentados.

## 2.2. Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

### a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo (i) detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), (ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e (iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método da consolidação global (Nota 4.1). O Capital próprio e o Resultado Líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros não controladores nas mesmas, quando aplicável, são apresentados separadamente na Demonstração consolidada da posição financeira e na Demonstração consolidada dos resultados e dos outros rendimentos integrais, respetivamente, na rubrica “Interesses que não controlam”.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas Demonstrações dos resultados e dos outros rendimentos integrais desde a data da sua aquisição e até à data da perda do respetivo controlo. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas entre empresas do Grupo, são anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às Demonstrações financeiras das participadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são igualmente consolidadas pelo método da consolidação global.

#### **b) Interesses que não controlam**

Os interesses que não controlam são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo correspondente justo valor dos ativos e passivos das entidades controladas que não são direta ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo na data de aquisição de controlo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no Capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subseqüentemente reportar lucros, o grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo grupo tenha sido recuperada.

Alterações nos interesses detidos pelo Grupo em entidades controladas que não resultem na perda do controlo sobre as mesmas são contabilizadas como transações de Capital próprio. Os valores contabilísticos dos interesses detidos pelo Grupo e por interesses que não controlam são ajustados para refletir alterações dos seus interesses relativos (percentagem detida no controlo) detidos nas mesmas. Qualquer diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlem e o justo valor recebido ou pago é reconhecido diretamente em Resultados transitados e atribuído aos detentores do Grupo.

Quando o Grupo perde o controlo de uma entidade, um ganho ou uma perda são reconhecidos em resultados, calculados pela diferença entre (i) a soma do justo valor recebido e o justo valor de qualquer interesse retido na entidade e (ii) o valor líquido contabilístico dos ativos (incluindo *Goodwill*) e passivos daquela entidade e quaisquer interesses que não controlam. Todos os montantes previamente reconhecidos na Demonstração dos resultados e dos outros rendimentos integrais em relação àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse desreconhecido os correspondentes ativos ou passivos da subsidiária (i.e, reclassificando-os para resultados).

O justo valor de qualquer interesse retido na ex-subsidiária na data em que o controlo é perdido corresponde ao seu justo valor para efeitos do IFRS 9, o qual corresponde ao valor contabilístico no reconhecimento inicial de um investimento numa associada não controlada pelo Grupo.

RP  
22

### c) Empresas associadas

Os Investimentos financeiros em empresas associadas (aquelas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o seu controlo – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa ou nas quais tenha o direito de nomear membros dos respetivos órgãos de gestão) são registados pelo Método da equivalência patrimonial.

Estes Investimentos financeiros em empresas associadas (Notas 4.2 e 18) encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, desde a data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. A diferença de aquisição relacionada com a associada está incluída no valor do Investimento financeiro e não é testada por imparidade individualmente.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida de resultados (Nota 11), e por outras variações ocorridas nos seus Capitais próprios por contrapartida de Outras reservas, bem como pelo reconhecimento de eventuais perdas por imparidade.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos Investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são igualmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações em associadas podem ser ajustadas pelo reconhecimento de Perdas por imparidade. Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação, sendo registados como gastos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, as Perdas por imparidade que se demonstrarem existir.

#### d) **Concentração de atividades empresariais e Goodwill**

A concentração de atividades empresariais, incluindo a aquisição de subsidiárias sob controlo comum, é reconhecida pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos Instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária adquirida são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *Goodwill*. O *Goodwill* é registado como ativo, não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na Demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, o *Goodwill* é sujeito a testes de imparidade. Qualquer Perda de imparidade é registada de imediato como gasto do período e não é suscetível de ser revertida.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente *Goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia resultante da transação.

Os interesses de acionistas que não controlam são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados em cada concentração empresarial.

#### e) **Outros investimentos**

Os Outros investimentos relativos a instrumentos de capital não cotado, cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, encontram-se reconhecidos pelo respetivo custo de aquisição.

### 2.3. **Rédito e especialização dos exercícios**

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na Demonstração consolidada dos resultados e dos outros rendimentos integrais quando ocorre a transferência do controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é fiavelmente mensurável.

Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser atribuída. Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a eventual existência de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente. O Grupo atua como “principal” nos seus acordos com clientes em resultado de controlar a entrega dos bens e serviços contratados aos seus clientes, nomeadamente através da sua capacidade unilateral de direcionar os mesmos para os clientes que entender no momento que o decida.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes, o Grupo não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou serviço é menor do que um ano, o que ocorre na generalidade dos serviços que o Grupo presta. O mesmo acontece quando o Grupo recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

O Grupo reconhece receitas provenientes de diferentes negócios:

#### **Prestação de cuidados de saúde**

O negócio de Prestação de cuidados de saúde, no segmento privado, é o *revenue stream* mais representativo nos rendimentos do Grupo. A prestação de cuidados de saúde no segmento privado incorpora uma obrigação de desempenho única que é cumprida no momento da prestação do serviço ao cliente. A determinação do rédito para estes contratos é baseada na aplicação das tabelas de preços definidas e aprovadas para os cuidados de saúde prestados.

#### **Serviços Domiciliários**

Esta linha de receita inclui os cuidados prestados no domicílio do cliente. Os contratos relativos a esta *revenue stream* são *standard* e não incluem o aluguer de qualquer equipamento, apenas a prestação de serviços de saúde. O rédito é reconhecido no momento da prestação do serviço ao cliente.

## Outros rendimentos operacionais

### Cedência de exploração

Este fluxo de rendimentos corresponde a contratos de cedência de exploração entre os hospitais a entidades que desenvolvem atividades na área dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (“MCDTs”). O rédito é determinado com base no apuramento mensal dos serviços prestados a cada uma das entidades a quem é cedida a exploração da atividade clínica com base nos termos contratados, sendo reconhecido mensalmente.

### Reprocessamento de Dispositivos Médicos

Esta *revenue stream* respeita à prestação de serviços de logística e reprocessamento de dispositivos médicos. O rédito é reconhecido mensalmente com base nos valores contratualizados entre as partes.

### Formação

Esta *revenue stream* corresponde à prestação de serviços de formação, ensino e investigação. O reconhecimento do rédito ocorre no momento da prestação de serviço.

## Juros e dividendos

Os réditos relativos a juros a receber são especializados, de forma a serem reconhecidos no período a que respeitem, independentemente de ser, ou não, emitido o respetivo documento de suporte.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é atribuído à Empresa o direito incondicional de receber os mesmos por parte da participada sobre a qual não existe controlo nem influência significativa.

## 2.4. Encargos Financeiros

Os Encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que necessitem de um período substancial de tempo para ficarem disponíveis para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do ativo seja interrompido. Quaisquer Rendimentos



financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

Os restantes encargos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período a que respeitam.

## 2.5. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são compostos por imposto corrente e impostos diferidos.

A CUF estima os impostos sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de sociedades ("RETGS"), abrangendo todas as empresas em que a sociedade dominante detém uma participação, direta ou indireta, em pelo menos 75% do respetivo capital social e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sociedade dominante do RETGS ao qual o Grupo SGPS pertence foi a CUF, S.A..

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O Imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base no método do balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, bem como os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da Demonstração consolidada da posição financeira.

Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados periodicamente e avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas suficientes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício

é efetuada uma revisão desses Impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os Impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o Imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Grupo considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações financeiras referidas à data de 31 de dezembro de 2022.

Para todas as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, o Grupo procede a uma avaliação da probabilidade de desfecho desses processos, e sempre que seja provável que as Autoridades Fiscais aceitem um tratamento tributário incerto os valores de imposto registados são consistentes com os declarados.

Quando exista incerteza na posição das Autoridades Fiscais, essa incerteza é considerada e refletida na mensuração do imposto, em cumprimento do IFRIC 23 – Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento.

## **2.6. Ativos e Passivos por impostos diferidos**

O Grupo reconhece os Impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos quando é provável que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos Impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente aprovadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido ou de liquidação do passivo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 21% (atualmente) e, nas situações

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'R3' followed by a stylized flourish.

não ligadas a prejuízos fiscais, as respetivas derramas sobre o valor das diferenças temporárias que originaram Ativos e Passivos por impostos diferidos.

O movimento ocorrido durante o exercício, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto corrente e a decomposição dos saldos de Impostos diferidos estão apresentados na Notas 12 e 21.

## **2.7. Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico, já que não existem interesses em ações preferenciais convertíveis, nem opções sobre ações.

## **2.8. Ativos intangíveis**

Os Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos Ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição. Os Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido em resultados quando incorrido.

Os Ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam por si controlados, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e Perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos intangíveis podem ser finitas ou indefinidas. Os Ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, sendo testados por imparidade anualmente obrigatoriamente. Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que exista uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

Para os Ativos intangíveis com vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização definidas visam amortizar totalmente os ativos até fim da sua vida económica esperada. As vidas económicas definidas para cada categoria de ativo são as seguintes:

	Anos
Projetos de desenvolvimento	6
Programas de computador	4
Direitos de exploração	10

Não existiam, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido em resultados e na rubrica Amortizações e depreciações.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.11 "Imparidade de Ativos não correntes".

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite do valor líquido contabilístico que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda deduzido de custos da venda e o seu valor líquido contabilístico) é reconhecido em resultados no ano em que o ativo é desreconhecido.

## 2.9. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços e de uso administrativo e encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição e instalação, deduzidos das correspondentes Depreciações e Perdas por imparidade acumuladas.



O Grupo considera os Imóveis Afetos a Serviços de Saúde (IASS) como uma classe de ativos separada, encontrando-se esta escriturada pela quantia revalorizada, correspondente ao seu justo valor à data de revalorização.

Quando a quantia escriturada de um imóvel é aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no Capital próprio na rubrica Excedentes de Revalorização de Ativos fixos tangíveis. Quando a quantia escriturada de um imóvel é reduzida como resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição é reconhecida no Capital próprio até ao ponto de qualquer saldo remanescente existente no Capital próprio com respeito a esse imóvel. A diminuição reconhecida no Capital próprio reduz a quantia acumulada na rubrica Excedentes de Revalorização de Ativos fixos tangíveis.

As Depreciações são calculadas numa base linear por duodécimos, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, segundo o método da linha reta, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

	Anos
Imóveis afetos a Serviços de Saúde	10-50
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	3-7
Equipamento administrativo	4-8
Equipamento de transporte	4
Outros	4-8

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.11 "Imparidade de ativos não correntes".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo de vender e o valor contabilístico) é reconhecido nos resultados no ano em que o ativo é desreconhecido.

Para os ativos existentes, considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que

comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os Ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Quando o Grupo não consiga estimar com fiabilidade o justo valor das IASS, que se entende ocorrer durante a sua fase de construção, mas estima que tal será possível quando a construção seja completada, os referidos IASS são mensurados ao custo até o seu justo valor seja fiavelmente mensurável ou a construção seja finalizada (o que ocorrer mais cedo no tempo).

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos, conforme descrito na Nota 2.4 Encargos financeiros.

## 2.10. Locações

### Grupo como Locatário

O Grupo avalia se um contrato contém ou não um ativo por direito de uso no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo por direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto locações de curto prazo (prazo de doze meses ou inferior) e locações de baixo valor (como computadores pessoais ou mobiliário de escritório). Para esses contratos, o Grupo reconhece os gastos de locação numa base linear como um gasto operacional.

### Ativo por direito de uso

Os Ativos por direito de uso são mensurados pelo valor inicial do Passivo de locação correspondente, acrescido de pagamentos de locação efetuados antes ou na data de início da locação e eventuais gastos diretos iniciais e deduzido de eventuais montantes recebidos. Os Ativos por direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de Depreciações e Perdas por imparidades acumuladas.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'D. S.' or similar, located in the bottom right corner of the page.

Os Ativos por direito de uso são depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente, conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento Básico	3-7
Equipamento administrativo	4-8
Equipamento de transporte	4
Direito de superfície	40
Outros	4-8

Sempre que o Grupo espere vir a incorrer em custos de desmantelamento do Ativo por direito de uso, ou em gastos com a reparação do local onde o mesmo se encontra instalado ou do ativo subjacente à locação por via de condição exigida pelos termos e condições do contrato de locação, é reconhecida uma provisão e mensurada de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os referidos gastos são incluídos no correspondente ativo por direito de uso, na medida em que os gastos estejam relacionados com o mesmo.

Se um arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ou o preço do direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início do contrato de locação.

Os Ativos por direito de uso são apresentados numa linha separada da Demonstração consolidada da posição financeira. O Grupo aplica a IAS 36 – Imparidade de Ativos na determinação do valor recuperável do ativo subjacente, sempre que necessário, tendo por base os critérios descritos na Nota 2.11 Imparidade de ativos não correntes.

As parcelas de renda variável que não dependam de um índice ou de uma taxa não são incluídas na mensuração do passivo e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como um gasto operacional, na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, no período a que os mesmos dizem respeito.

### **Passivo de Locação**

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de cada locação, descontados com base na taxa de juro implícita da locação. Se essa taxa de juro implícita não for imediatamente determinável, o Grupo utiliza a respetiva taxa de juro incremental. Os pagamentos da locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- Pagamentos fixos em substância da locação (in-substance fixed payments), líquidos de quaisquer incentivos associados à locação;
- Pagamentos variáveis com base em índices ou taxas;
- Expectativa de pagamentos relativos a garantias de valor residual;
- Preço do exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo venha a exercer a opção; e
- Penalidades de cláusulas de término ou renovações unilateralmente exercíveis se for razoavelmente certo que o Grupo venha a exercer a opção de terminar ou renovar o prazo da locação.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, aumentando por conta do juro especializado (reconhecido na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral) e reduzindo pelos pagamentos de locação efetuados. O seu valor contabilístico é remensurado sempre que seja necessário refletir um eventual *reassessment*, quando exista uma modificação ou revisão dos pagamentos fixos.

O passivo de locação é remensurado, sendo efetuado o correspondente ajuste no respetivo ativo por direito de uso, sempre que:

- Ocorram eventos ou alterações significativas que estejam sob o controlo do locatário, no prazo da locação ou no direito de exercício da opção de compra em resultado de um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias. Nesse caso, o passivo de locação é remensurado tendo por base os pagamentos atuais da locação, utilizando uma nova taxa de desconto;
- Os pagamentos da locação sejam modificados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido, caso em que a responsabilidade do locatário é remensurada, descontando o novo passivo de locação utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos da locação seja devida a uma alteração com base numa taxa de juro flutuante, caso em que é usada uma nova taxa de desconto);
- Um contrato de locação seja modificado e a modificação da locação não seja contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo de locação é remensurado com base no prazo modificado da locação, descontando os novos pagamentos utilizando uma taxa de desconto apurada na data efetiva da modificação.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'R2' followed by a stylized flourish.

### **Contratos de curta duração e de baixo valor**

O Grupo adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil Euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, o Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

#### **2.11. Imparidade de ativos não correntes, excluindo Goodwill**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos não correntes com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se aplicável). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato no resultado líquido do período, salvo se tal perda compensar um Excedente de revalorização registado no Capital próprio.

A reversão de Perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da quantia recuperável do ativo. A Reversão das perdas por imparidade é reconhecida no Resultado líquido do período. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 2.12. Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O custo dos inventários inclui: (i) custos de compra; e (ii) outros custos incorridos para colocar os inventários nas condições pretendidas.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor líquido dos respetivos inventários através do reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado caso deixem de existir os motivos que a originaram.

As estimativas do preço de venda tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do exercício na medida em que tais acontecimentos confirmam condições existentes no fim do período.

### 2.13. Responsabilidade por benefícios a empregados

Os Gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

#### Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se demonstre estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'R.P.' followed by a flourish.

### Férias, subsídio de férias

De acordo com a lei laboral em vigor, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica de Outros passivos correntes por contrapartida de resultados.

### Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho ("FCT") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT"). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento. Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam;
- As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas no rendimento integral.

### Benefícios com Pensões de Reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os gastos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das "unidades de crédito projetadas". As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os gastos com Pensões são registados na rubrica Gastos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

Os gastos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

#### **2.14. Provisões**

São constituídas provisões quando o Grupo tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de ações passadas, da qual é provável uma saída futura de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e a mesma possa ser estimada com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração consolidada da posição financeira.

As obrigações presentes que resultam dos contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

#### **2.15. Rubricas do capital próprio**

##### **Capital subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

##### **Reserva legal**

De acordo com o art.º 295º do CSC, pelo menos 5% do resultado apurado nas demonstrações financeiras separadas da Empresa, tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de

liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296º do CSC).

### **Outros instrumentos de capital próprio**

Os Outros instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido dos gastos suportados com a sua emissão. Estes instrumentos não vencem juros e apesar de não terem prazo de reembolso definido, apenas podem ser restituídos, nos termos da legislação aplicável, quando, após o seu pagamento, o valor do capital próprio não seja inferior à soma do capital e da reserva legal.

### **Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis**

Esta rubrica inclui as variações por aumentos ou reduções no justo valor dos Imóveis Afetos a Serviços de Saúde que, de acordo com o nº 2 do art.º 32º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, realizados, extintos ou liquidados.

### **Resultados transitados**

Esta rubrica reflete a apropriação dos resultados, de anos anteriores, realizados e não distribuídos.

## **2.16. Ativos e Passivos Contingentes**

Um Passivo contingente existe em resultado de:

- uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou,
- uma obrigação presente que resulte de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou, (ii) a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Os Passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo que resulta de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável e não certa a existência de um benefício económico futuro.

## 2.17. Instrumentos financeiros

Um Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um Ativo financeiro de uma entidade e a um Passivo financeiro ou Instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

### Ativos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são inicialmente classificados e subsequentemente mensurados em categorias.

A classificação inicial dos Ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. O Grupo mensura um ativo financeiro ao seu justo valor, adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação no momento inicial. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa, ou para as quais o Grupo adota o expediente prático, são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes.

De forma a ser possível que um Ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamento de juros (*“solely payments of principal and interest”* - SPPI) sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamento de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos Ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os Ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os Ativos financeiros ou ambos.

Um Ativo financeiro é classificado como corrente quando (i) o Grupo espera realizar o ativo no decurso normal do seu ciclo operacional ou até doze meses após a data da Demonstração consolidada da posição financeira, (ii) o ativo é detido essencialmente para finalidades de negociação, ou (iii) o ativo é um caixa ou um equivalente de caixa, conforme definido na IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data da Demonstração consolidada da posição financeira.

### **Mensuração subsequente**

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados;
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento;
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

### **Ativos financeiros ao custo amortizado**

O Grupo mensura os Ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O Ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para receber os fluxos de caixa previstos contratualmente e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os Ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os Ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de Clientes e adiantamentos a fornecedores, Outros devedores correntes e não correntes, Outros ativos correntes e não correntes e Outros instrumentos financeiros.

O Grupo considera que o justo valor destas contas é equivalente ao seu valor nominal.

#### **Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são reciclados para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

O Grupo decidiu de forma irrevogável classificar os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria.

#### **Desreconhecimento**

Um Ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração consolidada da posição financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos, no âmbito de um acordo no qual o Grupo i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato transferir, vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) o Grupo tem uma

obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e

- O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

##### **Cientes e adiantamentos a fornecedores, Outros devedores, Outros ativos, Outros ativos financeiros e Outros instrumentos financeiros**

O Grupo reconhece uma imparidade para as perdas esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas. Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Contudo, e nomeadamente no que respeita a contas a receber de partes relacionadas, se não ocorrer qualquer aumento do risco de crédito do respetivo instrumento financeiro, o Grupo mensura a perda por imparidade daquele instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses ("*12 months expected credit losses*").

As perdas esperadas *lifetime* representam as perdas por imparidade que resultam de todos os eventos de *default* possíveis na vida esperada do instrumento financeiro. Em contraste, as perdas esperadas *12-months* representam a parte das perdas *lifetime* que são esperadas resultar de eventos de *default* no instrumento financeiro e que são consideradas possíveis de ocorrer doze meses após a data de reporte financeiro.

### **Outros instrumentos financeiros**

Para os Outros instrumentos financeiros, o Grupo aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, o Grupo avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Nessa avaliação, o Grupo tem em conta o rating de crédito do instrumento de dívida.

Os Outros instrumentos financeiros dizem respeito em exclusivo a obrigações emitidas pelos acionistas do Grupo, pelo que são considerados investimentos com baixo risco de crédito. O Grupo usa a informação de *rating* da Agência DB para determinar se o instrumento de dívida aumentou significativamente o seu risco de crédito. Adicionalmente, é analisada a informação financeira disponível mais recente, de modo a detetar situações de risco.

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por tipologia de cliente para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta a perda numa situação de default. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando um default ocorre. As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Administração relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.



## Passivos Financeiros

### Reconhecimento e mensuração inicial

Os Passivos financeiros são classificados como Empréstimos (incluindo descobertos bancários), Fornecedores e adiantamentos de clientes, Outros credores, Outros passivos, Outros passivos financeiros ou derivados (designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz).

Todos os Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os Passivos financeiros são classificados como correntes quando (i) se espera que venham a ser liquidados no decurso normal do ciclo operacional do Grupo, (ii) o passivo seja detido essencialmente para finalidades de negociação, (iii) a liquidação do passivo esteja prevista para um período de doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira ou o Grupo não tinha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

#### **Empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados no resultado líquido quando os passivos são desreconhecidos e através da aplicação do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros em resultados.

#### **Fornecedores e adiantamentos de clientes, Outros credores, Outros passivos e Outros passivos financeiros**

Os saldos de Fornecedores e adiantamentos de clientes, Outros credores, Outros passivos e Outros passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao

seu justo valor e, subsequentemente, registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Estas rubricas são reconhecidas como passivos correntes, exceto se estiver contratualizada a sua liquidação após doze meses seguintes à data da demonstração consolidada da posição financeira.

### **Desreconhecimento**

Um Passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita, cancelada ou expire.

Quando um Passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

O Grupo considera que o justo valor dos passivos financeiros não difere significativamente do seu valor contabilístico.

### **2.18. Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Depósitos Bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, normalmente vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de perda de valor.

Para efeitos da Demonstração consolidada de fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos da Demonstração consolidada da posição financeira, bem como os "Outros instrumentos financeiros" relativos a instrumentos de *cashpooling* com outras entidades do Grupo CUF imediatamente mobilizáveis sem risco de perda de valor.

### **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa**

A Demonstração consolidada de fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e efluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

## **2.20. Eventos Subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas Demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração consolidada da posição financeira, são divulgados nas notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas, caso originem um impacto material nas Demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.21. Ativos não correntes detidos para venda**

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor contabilístico for essencialmente recuperado através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.

Os ativos não correntes são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

## **2.22. Alterações de políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas**

Exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretações ou das suas alterações que entram em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2021, segundo as disposições dos IFRS, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

## Alterações aos IFRS de aplicação obrigatória no exercício de 2022

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma	Data de aplicação	Enquadramento
Emenda à norma IFRS 3	01/01/2022	Esta emenda corresponde à atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.
Emenda à norma IAS 16 – “Proceeds before intended use”	01/01/2022	Esta emenda corresponde a uma alteração à norma IAS 16 para proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso.
Emenda à norma IAS 37 – Contratos Onerosos	01/01/2022	Esta emenda corresponde a clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato.
Melhoramentos anuais 2018-2020	01/01/2022	Correspondem essencialmente a emendas às seguintes normas: - IFRS 1 – expediente prático que permite que uma subsidiária que adote pela primeira vez IFRS numa data posterior à sua empresa mãe possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas relativamente a todas as unidades operacionais estrangeiras pela quantia que seria incluída nas demonstrações financeiras da empresa mãe, com base na data de transição da empresa mãe para as IFRS; - IFRS 9 – clarifica as comissões que devem ser incluídas no teste de 10% para efeitos de desreconhecimento de um passivo financeiro; - IAS 41 – remove o requisito de excluir os fluxos de caixa relacionados com impostos na mensuração ao justo valor.

Não foram produzidos efeitos significativos nas Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente da adoção das novas normas, interpretações e emendas acima referidas.



### Novos IFRS ou IFRS revistos adotados com aplicação obrigatória em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Data de aplicação	Enquadramento
IFRS 17 - Contratos de Seguros	01/01/2023	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	01/01/2023	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS <i>Practice Statement 2</i> – Divulgação de políticas contabilísticas	01/01/2023	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	01/01/2023	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	01/01/2023	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas emendas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2022, em virtude de a sua aplicação ainda não ser obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

### Outras normas

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Data de aplicação	Enquadramento
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	01/01/2024	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente, adiando ainda a data de aplicação para 1 de janeiro de 2024.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	01/01/2024	Esta emenda publicada pelo IASB em setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

### **2.23. Estimativas relevantes na preparação das Demonstrações financeiras consolidadas**

Na preparação das Demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem:

#### **Análise de imparidade do Goodwill**

O valor do *Goodwill* é testado anualmente e sempre que haja evidências de estar em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor do uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das



operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada. Para este efeito, o Grupo prepara projeções aprovadas pelo Conselho de Administração, com base nos orçamentos e planos de negócio mais recentes aprovados.

#### **Vida útil de Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e é revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

#### **Revalorização de Imóveis afetos a serviços de saúde**

A categoria de Imóveis Afetos a Serviços de Saúde (IASS), incluída em Ativos fixos tangíveis é, à data da demonstração da posição financeira, valorizada pela sua quantia escriturada revalorizada com base em avaliações efetuadas por entidades externas independentes, através do método do custo. Quando, à data da demonstração consolidada da posição financeira, o justo valor dos Imóveis Afetos a Serviços de Saúde não seja fiavelmente mensurável, os mesmos são valorizados ao custo até que o seu justo valor possa ser fiavelmente mensurável.

#### **Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização**

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo da locação.

O Grupo não consegue determinar imediatamente a taxa implícita nas diversas locações, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o respetivo passivo de locação. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer que seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando



as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições do financiamento. Com efeito, o Grupo estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado a que tem acesso.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão em permanecer no contrato de locação. O Grupo avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Hospitais e clínicas - o Grupo avalia a possibilidade de exercer com “uma certeza razoável a opção de prorrogação” da locação deste tipo de ativos, quando a mesma exista. Nesse sentido, e tendo em consideração o crescimento do Grupo nos últimos anos, e a crescente necessidade de expandir, o Grupo nem sempre possui uma certeza razoável de que estes contratos de locação sejam renovados no final do prazo inicial;
- Outros imóveis – Para esta categoria, o Grupo analisa contrato a contrato, e em caso de renovação, é aferida a razoabilidade e a expectativa de renovar o contrato;
- Equipamentos e Viaturas – Este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

### Reconhecimento e Mensuração de Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade, na qual o Grupo se reporte sempre que necessário, em peritos especialistas nas matérias em apreço.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por alterações dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### Imparidade de Contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a perda esperada ao longo da duração do ativo (*lifetime*). O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos ao longo de um período de 5 anos, ajustada por fatores prospetivos específicos identificados pelo Grupo como os mais adequados a cada grupo de clientes, com características e histórico de incumprimentos semelhantes. Adicionalmente, o Grupo tem em consideração os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

### **Imparidade de ativos não correntes**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor deduzido dos custos de vender, é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou em preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para um período explícito, e a determinação de uma perpetuidade, o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a pressupostos julgamentais, nomeadamente:

- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além do período explícito;
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

### **Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos**

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e impostos diferidos requer o exercício de julgamento e está sujeito a interpretações. Diferentes interpretações poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Somente são reconhecidos impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual possam ser utilizados.



### Continuidade das operações

O Grupo teve em atenção os resultados atingidos e entende que as medidas em vigor e as que estão a ser tomadas ao nível da libertação de meios operacionais (por redução de consumos e aumento de produtividade), são suficientes para garantir o normal funcionamento da atividade, bem como o cumprimento do reembolso da dívida cuja maturidade se verificará em 2023, não estando, por conseguinte, posta em causa a continuidade das operações.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, dado o número de fatores qualitativos envolvidos, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações financeiras consolidadas são registadas em resultados de forma prospetiva em conformidade com o disposto no IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

### 3. ESTIMATIVA DE JUSTO VALOR

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

- Nível 1 – cotações de mercados líquidos de ativo e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência do balanço;
- Nível 2 – modelos de avaliação geralmente aceite, baseados em *inputs* observáveis no mercado alternativos aos referidos no nível 1;
- Nível 3 – modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

O Grupo tem valorizado ao justo valor, os ativos e passivos indicados no quadro seguinte, no qual está também indicada a respetiva hierarquia:

	Total	Hierarquia Justo valor		
	31-12-2022	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis no mercado	Nível 3 Inputs não observáveis no mercado
<b>Ativos valorizados ao justo valor</b>				
Imóveis afetos a serviços de saúde (Nota 16)	17 217	-	-	17 217
Outros investimentos (Nota 19)	1 535	-	1 535	-

	Total	Hierarquia Justo valor		
	31-12-2021	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis no mercado	Nível 3 Inputs não observáveis no mercado
<b>Ativos valorizados ao justo valor</b>				
Imóveis afetos a serviços de saúde (Nota 16)	11 167	-	-	11 167
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 16)	7 400	-	-	7 400
Outros investimentos (Nota 19)	1 531	-	1 531	-

O justo valor da rubrica Terrenos e Edifícios, relativa a Imóveis afetos a serviços de saúde, e ativos não correntes detidos para venda foi determinado por avaliadores independentes externos, tendo por base *inputs* não observáveis no mercado.

O justo valor dos outros investimentos foi determinado por *inputs* observáveis no mercado.

#### 4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

##### 4.1. Empresas consolidadas pelo método integral

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação adotado e proporção do capital efetivamente detido, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

Empresas	Sede	2022		2021	Atividade
		% de detenção	% de controle	% de controle	
CUF Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Carnaxide	Empresa-mãe	Empresa-mãe	Empresa-mãe	Gestão de participações sociais
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	Lisboa	100%	62,84%	62,84%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
Hospital CUF Descobertas, S.A. (a)	Carnaxide	100%	100%	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
Hospital CUF Santarém, S.A.	Carnaxide	100%	100%	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
HD - Medicina Nuclear, S.A	Lisboa	70%	70%	70%	Prestação de serviços de diagnóstico e terapêutica na área da medicina nuclear
Hospital CUF Viseu, S.A.	Viseu	100%	100%	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
Hospital CUF Porto, S.A. (b)	Carnaxide	100%	100%	100%	Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares
Hospital CUF Tejo, S.A. (c)	Carnaxide	100%	100%	100%	Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares
Ecografia de Cascais, Lda.	Cascais	100%	100%	100%	Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico
Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (d)	Carnaxide	100%	100%	100%	Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares
Hospital CUF Cascais, S.A. (e)	Carnaxide	100%	100%	100%	Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares
Clínica CUF Belém, S.A.	Carnaxide	62,84%	62,84%	62,84%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
Clínica CUF Alvalade, S.A.	Carnaxide	100%	100%	100%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
CENES - Centro de reprocessamento de dispositivos médicos, Lda	Lisboa	100%	100%	100%	Prestação de serviços de logística e reprocessamento de dispositivos médicos
Ecoclínica - Diagnóstico por Imagem, Lda. (f)	Oeiras	-	-	100%	Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico
Hospital CUF Coimbra, S.A.	Coimbra	100%	100%	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
Centro Logístico CUF, Unipessoal, Lda	Carnaxide	100%	100%	100%	Distribuição e comercialização de medicamentos, dispositivos médicos e outros consumíveis
Clínica Dr. Luís Álvares, S.A.	Lisboa	100%	100%	100%	Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.	Viseu	100%	100%	100%	Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico
Hospital CUF Trindade, S.A. (g)	Carnaxide	100%	100%	46,78%	Exploração de estabelecimentos de saúde, com possibilidade de cedência de espaços, e prestação de serviços médicos, de qualquer natureza ou especialidade, incluindo consultas, exames, cirurgia e internamento.
CUF - Serviços de Saúde, Administrativos e Operacionais, ACE	Carnaxide	100%	99,92%	99,41%	Prestação de serviços de saúde, administrativos e operacionais
CUF - Gestão de clientes e de serviços de saúde, S.A.	Carnaxide	100%	100%	100%	Prestação de serviços de gestão, marketing e consultadoria em produtos e serviços de saúde
Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda	Carnaxide	100%	100%	100%	Prestação de serviços de formação na área da enfermagem e serviços clínicos



- a) A atividade desta empresa inclui a gestão da Clínica CUF Montijo, a qual abriu ao público a 5 de dezembro de 2022;
- b) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Porto, da Clínica CUF S.João da Madeira e do Hospital CUF Trindade;
- c) O Hospital CUF Infante Santo, S.A. alterou a sua designação social em maio de 2022 para Hospital CUF Tejo S.A.. A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Tejo, da Clínica CUF Miraflores e da Clínica CUF Almada. Inclui ainda a atividade de serviços domiciliários desenvolvida pelo Grupo;
- d) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Torres Vedras e da Clínica CUF Mafra;
- e) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Cascais, da Clínica CUF São Domingos de Rana, Clínica CUF Nova SBE e do Hospital CUF Sintra;
- f) Em 31 de dezembro de 2022, a empresa EcoClínica – Diagnóstico por Imagem, Lda. foi alvo de fusão por incorporação na Hospital CUF Tejo, S.A., com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2022;
- g) Em 7 de outubro de 2022, o Hospital CUF Porto, S.A. e a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade assinaram um contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 53,22% das ações representativas do capital social do Hospital CUF Trindade, S.A. (anteriormente designado Hospital da Ordem da Trindade, S.A.) pelo montante de, aproximadamente, 3,8 milhões de euros, passando o Grupo a controlar o capital e as operações daquela entidade (Nota 14). O Hospital CUF Trindade iniciou a sua atividade a 12 de outubro de 2022.

#### 4.2. Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Nota 18), são as seguintes:

Empresas	Sede	2022		2021	Atividade
		% de detenção	% de controlo	% de controlo	
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	34,00%	34,00%	34,00%	Exploração de unidades de tratamento por radiocirurgia
Hospital CUF Trindade, S.A. (Nota 4.1, alínea g)	Porto	n.a.	n.a.	46,78%	Exploração de um estabelecimento de saúde e prestação de serviços de saúde

## 5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitaram essencialmente a:

### 5.1. Entradas em 2021

No exercício findo em 30 de novembro de 2021, tal como referido na Nota 1, foram adquiridas as participações detidas pela CUF, S.A., pelo montante de 953 923 milhares de euros. Nesse sentido, entraram no perímetro de consolidação, a partir daquela data, as seguintes subsidiárias: Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda.; Clínica CUF Alvalade, S.A.; Hospital CUF Descobertas, S.A.; Hospital CUF Tejo, S.A.; Hospital CUF Porto, S.A. (que incorporou por fusão o Instituto CUF em dezembro do mesmo ano), Hospital CUF Viseu, S.A.; Hospital CUF Santarém, S.A.; Centro Logístico, Unipessoal, Lda.; Hospital CUF Coimbra, S.A.; Cenes – Centro de Reprocessamento de dispositivos médicos, Lda.; CUF – Gestão de Clientes e serviços de saúde, S.A.; Hospital CUF Cascais, S.A., Hospita CUF Torres Vedras, S.A. e Clínica CUF Belém, S.A.. À data de aquisição, o justo valor dos ativos e passivos adquiridos era como segue:

	Notas	Total
<b>Ativos líquidos adquiridos:</b>		
Ativos intangíveis	15	21 773
Ativos por direito de uso	17	320 935
Ativos fixos tangíveis	16	60 966
Investimentos financeiros	18	628
Outros investimentos	19	1 416
Ativos por impostos diferidos	21	2 082
Inventários	7	16 739
Clientes e adiantamentos a fornecedores		103 388
Outros ativos financeiros		10 101
Estado e outros entes públicos		1 680
Outros devedores		6 909
Outros ativos		26 508
Outros instrumentos financeiros		18 781
Caixa e seus equivalentes		25 476
<b>Total Ativos</b>		<b>617 385</b>
<b>Passivo</b>		
Empréstimos	33	16 054
Passivos de locação	35	329 284



Provisões	36	10 145
Passivos por impostos diferidos	21	509
Outros passivos financeiros		48 963
Benefícios aos empregados	34	1 223
Fornecedores e adiantamentos de clientes		85 887
Passivo por imposto corrente		8 180
Estado e outros entes públicos		2 564
Outros credores		3 496
Outros passivos		22 104
<b>Total</b>		<b>528 409</b>
<b>Ativos Líquidos</b>		<b>88 976</b>
<b>Custo de concentração</b>		953 923
<b>Goodwill apurado (Nota 17)</b>		864 948
Liquidação por meios monetários (Nota 41)		928 447

O Grupo adquiriu o controlo das referidas entidades em novembro de 2021. Adicionalmente os resultados incluídos na consolidação compreendem o período de um mês, ocorridos após a data da referida transação. Caso a aquisição do controlo tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2021, os rendimentos e os gastos seriam superiores em 511 861 milhares de euros, 494 555 milhares de euros, respetivamente e o resultado líquido seria superior em 17 306 milhares de euros.

Os fluxos de caixa referentes aquela aquisição, em 2021, foram conforme segue:

	Total
Pagamentos efetuados pela aquisição	(953 923)
Caixa e equivalentes adquiridos	25 476
<b>Total (Nota 41)</b>	<b>(928 447)</b>

## 5.2. Entradas em 2022

Em 7 de outubro de 2022, o Grupo adquiriu 53,22% das ações representativas do capital social da Hospital CUF Trindade, S.A., passando naquela data a controlar as operações daquela entidade. O preço de aquisição das referidas ações daquela entidade ascendeu a, aproximadamente, 3,8 milhões de euros. À data de aquisição, o justo valor dos ativos e passivos adquiridos era como segue:

	Notas	Hospital CUF Trindade, S.A.
<b>Ativos líquidos adquiridos:</b>		
Ativos intangíveis	15	148
Ativos por direito de uso	17	611
Ativos fixos tangíveis	16	2 575
Outros investimentos		17
Inventários		4
Clientes e adiantamentos a fornecedores		1 001
Outros devedores		6
Outros ativos		325
Caixa e seus equivalentes		91
<b>Total Ativos</b>		<b>4 778</b>
<b>Passivo</b>		
Passivos de locação		595
Provisões	36	7
Fornecedores e adiantamentos de clientes		796
Estado e outros entes públicos		28
Outros passivos financeiros		7 222
Outros credores		130
Outros passivos		10
<b>Total</b>		<b>8 788</b>
<b>Ativos Líquidos</b>		<b>(4 010)</b>
<b>Custo de concentração</b>		<b>3 968</b>
46,78% do capital		2 100
53,22% do capital		3 785
Método de equipalência patrimonial – exercícios anteriores		(1 917)
<b>Goodwill apurado (Nota 14)</b>		<b>7 978</b>
Liquidação por meios monetários (Nota 41)		2 189
Valor da Dívida (Nota 37)		1 505

Uma vez que o Grupo adquiriu o controlo da Hospital CUF Trindade, S.A. em outubro de 2022, o custo da concentração referido inclui o valor dos interesses anteriormente detidos naquela entidade. Adicionalmente os resultados incluídos na consolidação, compreendem o período de três meses ocorrido após a data da referida transação. Caso a aquisição do controlo da Hospital CUF Trindade, S.A. tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2022, os rendimentos e os gastos seriam superiores em 710 milhares

de euros, 2 324 milhares de euros, respetivamente, e o resultado líquido seria inferior em 1 614 milhares de euros.

Os fluxos de caixa referentes aquela aquisição, em 2022, foram conforme segue:

Pagamentos efetuados pela aquisição	(2 280)
Caixa e equivalentes adquiridos	91
<b>Total (Nota 41)</b>	<b>2 189</b>

### 5.3. Saídas em 2021

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não existiram saídas de novas subsidiárias no perímetro de consolidação.

### 5.4. Saídas em 2022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiram saídas de novas subsidiárias no perímetro de consolidação.

## 6. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os rendimentos operacionais apresentam a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Prestações de serviços:</b>		
Atividade hospitalar e clínica	616 563	61 531
Cartão CUF	1 276	46
Serviços Administrativos	638	182
Outros	278	44
	<b>618 755</b>	<b>61 803</b>
<b>Outros rendimentos operacionais:</b>		
Cedência de espaço	774	192
Ensaio, exames, análises clínicas e cons.	436	49
Ganhos na alienação de ativos	356	-
Descontos de pronto pagamento	229	21
Recuperação de dívidas a receber	50	9
Outros rendimentos operacionais	3 421	1 578
	<b>5 266</b>	<b>1 849</b>
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>624 020</b>	<b>63 652</b>

A rubrica "Cedência de espaço" inclui, essencialmente, os valores relativos à exploração das áreas de cafetaria e de outros estabelecimentos comerciais das unidades do Grupo.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi alienado o armazém de Odivelas tendo originado uma mais-valia de, aproximadamente, 300 milhares de euros (Nota 16).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram prestados serviços e obtidos outros rendimentos operacionais de partes relacionadas no montante de 2 120 milhares de euros e 161 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

## 7. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo das vendas foi apurado como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Inventários em 1 de janeiro (Nota 24)</b>	16 713	-
Custo das vendas	(81 756)	(6 019)
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	4	16 739
Regularizações	(982)	-
Compras	80 432	5 993
<b>Inventários em 31 de dezembro (Nota 24)</b>	<b>14 411</b>	<b>16 713</b>

## 8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
Honorários	193 018	18 065
Trabalhos especializados	20 093	-
Subcontratos	30 292	3 408
Conservação e reparação	15 902	2 374
Eletricidade	5 482	759
Rendas e alugueres	3 712	304
Climatização	1 381	31
Água	1 089	133
Recolha de resíduos	1 053	128
Combustíveis	1 600	134
Comunicação	2 828	118
Publicidade e propaganda	1 249	84
Seguros	857	167
Ferramentas e utensílios	546	103
Contencioso e notariado	314	41
Deslocações e estadas	338	9
Limpeza, Higiene e conforto	60	6
Material de escritório	156	8
Outros fornecimentos e serviços externos	1 691	77
	<b>281 659</b>	<b>25 949</b>

A rubrica Fornecimentos e serviços externos registou uma variação significativa face ao exercício anterior, o qual é justificado pela entrada no perímetro de consolidação das empresas subsidiárias em dezembro de 2021, conforme referido na Nota 5. As suas principais sub rubricas, respeitam a:

- Honorários – esta rubrica engloba os montantes pagos a profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e auxiliares) das diversas unidades no âmbito da atividade operacional da Empresa;
- Trabalhos Especializados – esta rubrica respeita, essencialmente, a trabalhos clínicos;
- Subcontratos – engloba a contratação de serviços específicos como (i) *catering*, (ii) limpeza, (iii) transportes de doentes e (iv) Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT's);



Em 31 de dezembro de 2022, os Fornecimentos e serviços externos incluem, aproximadamente, gastos de 3,1 Milhões de Euros relativos aos procedimentos de avaliação do valor de recuperação dos componentes capitalizados associados ao projeto *Go Forward* (Nota 15).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Fornecimentos e serviços externos inclui transações com partes relacionadas no montante de 3 953 milhares de euros e 1 270 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

## 9. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações dos colaboradores	109 280	7 895
Encargos sobre remunerações	24 396	1 899
Indemnizações	518	10
Outros gastos com o pessoal	16 961	7 939
	<b>151 155</b>	<b>17 742</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação era de 5 526 e 5 477, respetivamente.

A rubrica de gastos com o pessoal registou uma variação significativa face ao exercício anterior, o qual é justificado pela entrada no perímetro de consolidação das empresas subsidiárias em dezembro de 2021, conforme referido na Nota 5. Adicionalmente, e de forma a colmatar os impactos da conjuntura económica no poder de compra dos seus colaboradores, nomeadamente o efeito da inflação verificada no ano de 2022, o grupo CUF decidiu atribuir um prémio extraordinário a todos os seus colaboradores no final de 2022.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, os Gastos com o pessoal incluem, aproximadamente, gastos de 0,7 Milhões de Euros relativos aos procedimentos de avaliação do valor de recuperação dos componentes capitalizados associados ao projeto *Go Forward* (Nota 15).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de Gastos com o pessoal inclui transações com partes relacionadas no montante de 1 211 milhares de euros e 92 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

## 10. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Os outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Impostos	3 261	360
Dívidas incobráveis	505	86
Donativos	159	44
Quotizações e outras despesas	272	35
Taxas, multas e penalidades	13	0
Outros gastos operacionais	188	1 299
	<b>4 398</b>	<b>1 824</b>

A rubrica Impostos inclui essencialmente os gastos com IVA suportado e Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os outros gastos operacionais incluem transações com partes relacionadas no montante de 1 135 milhares de euros e 65 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

## 11. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Gastos e perdas financeiros:</b>		
Juros suportados	(13 958)	(2 121)
<i>Encargos financeiros com Factoring</i>	(468)	(47)
Comissões e serviços bancários	(1 992)	(218)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(2)	-
	<b>(16 420)</b>	<b>(2 386)</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros:</b>		
Juros obtidos	200	23
Juros obtidos de empréstimos a subsidiárias	-	318
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1 120	-
	<b>1 319</b>	<b>341</b>
<b>Ganhos / (Perdas) relativos a atividades de investimento:</b>		
<b>Resultados relativos a empresas associadas (Nota 18):</b>		
Perdas em empresas associadas	(686)	(39)
Ganhos em empresas associadas	-	24
	<b>(686)</b>	<b>(15)</b>
Ganhos/(perdas) em outros investimentos	(82)	76
	<b>(82)</b>	<b>76</b>

A rubrica Juros suportados engloba os juros referentes: (i) *Factoring*, (ii) Outros empréstimos bancários, (iii) Descobertos bancários, e (iv) Locações. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2022	Juros suportados	31-12-2021	Juros suportados
<b>Empréstimos:</b>				
Descobertos bancários	76	-	59	-
Financiamento por intermédio de <i>Factoring</i>	15 122	468	9 863	47
Outros empréstimos bancários	-	-	162	-
	<b>15 198</b>	<b>468</b>	<b>10 083</b>	<b>47</b>
<b>Locações:</b>				
Passivos de locação	327 210	13 443	329 396	2 121
	<b>327 210</b>	<b>13 443</b>	<b>329 396</b>	<b>2 121</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	8 565	411	8 869	-
	<b>8 565</b>	<b>411</b>	<b>8 869</b>	<b>-</b>
	<b>342 409</b>	<b>14 322</b>	<b>339 479</b>	<b>2 168</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Gastos financeiros inclui transações com partes relacionadas no montante de 12 346 milhares de euros e 941 milhares de euros respetivamente (Nota 42). Adicionalmente, a rubrica Rendimentos financeiros inclui transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 nos montantes de 817 milhares de euros (Nota 42).

O detalhe dos valores reconhecidos como resultados relativos a participações em associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Participada	31-12-2022		31-12-2021	
	Ganhos em associadas	Perdas em associadas	Ganhos em associadas	Perdas em associadas
Hospital CUF Trindade, S.A.	-	755	39	-
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	69	-	-	24
	<b>69</b>	<b>755</b>	<b>39</b>	<b>24</b>

Conforme descrito na Nota 5, a Hospital CUF Trindade, S.A. (anteriormente designada por Hospital Ordem da Trindade, S.A.) passou a integrar o perímetro de consolidação em outubro de 2022.

## 12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

O imposto sobre rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Imposto corrente:</b>		
Relativo ao exercício	(10 107)	283
Relativo ao exercício anterior	1 717	(4)
	<b>(8 390)</b>	<b>279</b>
<b>Imposto diferido do exercício (Nota 21):</b>		
Imposto diferido	(245)	555
	<b>(245)</b>	<b>555</b>
<b>Impostos sobre o rendimento do exercício</b>	<b>(8 635)</b>	<b>834</b>

O Grupo CUF SGPS e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75% são tributadas em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"). As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual; as responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, a CUF S.A.,

a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto vigentes, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

As empresas do Grupo encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa nominal de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, podendo ser incrementada pela derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada máxima de 22,5%. Adicionalmente, no exercício de 2021, os lucros tributáveis que excedam 1 500 000 euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1 500 000 euros e 7 500 000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35 000 000 euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2022 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano ao maior dos seguintes limites:

- 1 000 000 euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que a CUF participa, direta ou indiretamente, pelo menos em 75% do capital, considerando os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, de acordo com o RETGS, o qual é encabeçado pela CUF, S.A.. Todas as empresas do Grupo sediadas em Portugal foram abrangidas pelo referido regime.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em

curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo sedeadas em Portugal dos anos de 2019 a 2022, inclusive, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham impacto significativo nas Demonstrações financeiras consolidadas.

A reconciliação entre a taxa média de imposto e a taxa de imposto aplicável ao longo dos exercícios, de 2022 e 2021, é conforme segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Resultado antes de impostos	21 307	7 544
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	4 474	1 584
<b>Rendimentos não tributáveis</b>	<b>7 015</b>	<b>21 003</b>
<b>Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>	<b>28 647</b>	<b>5 373</b>
<b>(Prejuízo fiscal) / Lucro tributável</b>	<b>42 939</b>	<b>(8 087)</b>
Prejuízos fiscais reportáveis	(166)	(170)
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
<b>Imposto calculado</b>	<b>8 982</b>	<b>(1 734)</b>
Tributação autónoma	856	115
Derrama Municipal	644	510
Derrama Estadual	1 073	835
Benefícios Fiscais	(1 448)	(1)
Efeito do aumento / (reversão) de impostos diferidos	245	(555)
Efeito da insuficiência / (excesso) da estimativa para imposto	(1 717)	(4)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>8 635</b>	<b>(834)</b>
Taxa efetiva de imposto	40,53%	8,81%

Os rendimentos não tributáveis em 31 de dezembro de 2022 respeitam essencialmente a mais-valia registada na alienação de ativos fixos tangíveis.

O aumento dos gastos não dedutíveis para efeitos fiscais em 31 de dezembro de 2022 engloba essencialmente do registo de perdas por imparidade do *goodwill* e imparidade de clientes e outros ativos.

### 13. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31-12-2022	31-12-2021
Resultado líquido do exercício atribuível a detentores de capital	12 508	8 271
Número médio ponderado de ações (Nota 29)	54 698	1 300 480
<b>Resultado líquido por ação básico (em milhares de euros)</b>	<b>0,23</b>	<b>0,01</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem efeitos diluidores do resultado por ação, pelo que o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

### 14. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no Goodwill, foi o seguinte:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 36)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 36)	Valor líquido
Goodwill	872 926	(15 744)	857 182	864 948	-	864 948
	<b>872 926</b>	<b>(15 744)</b>	<b>857 182</b>	<b>864 948</b>	<b>-</b>	<b>864 948</b>

O movimento do *Goodwill* foi conforme segue:

	Goodwill
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	864 948
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>864 948</b>
Perdas por imparidade do exercício (Nota 36)	(15 744)
Adições (Nota 5.2)	7 978
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>857 182</b>

RS  
DW

Os valores líquidos contabilísticos do *Goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeitam às seguintes entidades:

Participada	31-12-2022	31-12-2021
Hospital CUF Descobertas, S.A.	233 748	233 748
Hospital CUF Tejo, S.A.	224 723	224 723
Hospital CUF Cascais, S.A.	133 521	133 521
Hospital CUF Porto, S.A.	95 762	95 762
Hospital CUF Viseu, S.A.	44 224	44 224
Hospital CUF Torres Vedras, S.A.	37 486	37 486
Hospital CUF Santarém, S.A.	36 796	36 796
Hospital CUF Coimbra, S.A.	11 652	11 652
Clínica CUF Alvalade, S.A.	10 034	10 034
CUF - Gestão de clientes e de serviços de saúde, S.A. ("PPPS")	8 846	8 867
Hospital CUF Trindade, S.A. (Nota 5)	7 978	-
Clínica CUF Belém, S.A. ("CUFB")	5 794	7 939
Centro Logístico CUF, Unipessoal, Lda	3 257	3 257
Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda ("ACUF")	2 358	15 935
CENES - Centro de reprocessamento de dispositivos médicos, Lda	1 003	1 003
	<b>857 182</b>	<b>864 948</b>

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelos segmentos operacionais (conjuntos de unidades geradoras de caixa), considerando o benefício gerado nos mesmos pelas sinergias resultantes das concentrações empresariais que o originaram. Cada unidade de prestação de cuidados médicos é uma unidade geradora de caixa UGC. No entanto, determinadas unidades de prestação de cuidados médicos são analisadas de forma conjunta uma vez que se enquadram numa gestão integrada, complementar e interdependente de serviços prestados e que pressupõe uma elevada interdependência ao nível financeiro, constituindo segmentos operacionais no seu conjunto, para os quais a performance e decisões são tomadas pela gestão de forma conjunta e indissociável sendo estas:

- Hospital CUF Cascais, S.A. e Ecografia de Cascais, Lda.;
- Hospital CUF Descobertas S.A. e HD - Medicina Nuclear, S.A.;
- Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A. e Clínica CUF Belém, S.A.;
- Hospital CUF Viseu, S.A. e Sim-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.;
- Hospital CUF Porto, S.A. e Hospital CUF Trindade, S.A.

De acordo com o IFRS 8 – Segmentos operacionais, um segmento operacional é um componente do Grupo que:

- Leva a cabo atividades empresariais, as quais geram rendimentos e incorrem em gastos;
- Vê monitorizados de forma regular os seus resultados pelos tomadores de decisões do Grupo, quando estes decidem a afetação de recursos e aferem o desempenho desse segmento; e
- Tem disponível informação financeira individualizada.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* é avaliado anualmente no final de cada exercício, pelo Conselho de Administração face ao respetivo valor recuperável determinado.

Foram efetuados testes de imparidade através do cálculo do valor de negócio (EV), utilizando o método dos Fluxos de Caixa Descontados (DCF). A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) e a aplicação de uma taxa de desconto adequada, que reflita o risco associado ao negócio. Estes testes concluíram a existência de imparidade na ACUF, PPPS, e CUFB, no montante de 15 744 milhares de euros, em relação ao valor do *goodwill* que se encontra reconhecido.

O período explícito considerado no modelo DCF foi definido individualmente para cada UGC, de acordo com o ano em que é expectável que cada uma atinja a fase de maturidade, de forma a que a perpetuidade seja calculada após as UGC atingirem o seu crescimento perspetivado, tendo sido considerado um período explícito mínimo de 5 anos.

Os pressupostos chave que serviram de base às projeções de fluxos de caixa incluídos neste teste foram definidos pelas equipas de gestão da CUF e aprovados pela Comissão Executiva, no âmbito dos exercícios anuais de Orçamento e *Business Plan*. Na definição dos principais pressupostos foi realizada uma avaliação dos seguintes pontos:

- Dados históricos e experiência passada;
- Perspetiva futura da gestão para cada uma das unidades;
- Mix de atividade definido por unidade;
- Expectativa de evolução do mercado de saúde;
- Inflação.

Adicionalmente, o investimento em fundo de maneio foi calculado com base nos prazos médios de pagamentos e recebimentos históricos e na evolução perspetivada dos rendimentos e gastos operacionais. O *Capex* foi definido com base nas necessidades específicas de investimento de cada unidade e da análise de valores para os montantes considerados recorrentes.

O cálculo das taxas de desconto para cada um dos testes teve em consideração as taxas históricas das obrigações de tesouro de Portugal, o custo médio da dívida financeira da CUF e o nível de risco de empresas europeias comparáveis com a CUF. Para cada uma das unidades geradoras de caixa foi também realizada uma análise de risco com base no grau de maturidade da mesma, podendo ser atribuído um prémio adicional.

A análise efetuada assumiu os seguintes pressupostos:

## 2022

Período	Taxa de juro sem risco	Taxa WACC	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa anual de crescimento da receita
Explícito	3,63%	6,62%	-	4,09%
Perpetuidade	3,63%	6,62%	2%	-

## 2021

Período	Taxa de juro sem risco	Taxa WACC	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa anual de crescimento da receita
Explícito	2,00%	6,00%	-	3,55%
Perpetuidade	2,00%	6,00%	1,70%	-

De modo a concluir-se que não há imparidade do Goodwill, é necessário que o EV resultante da projeção dos *cash flows* futuros exceda a soma do *Accounting Business Value*, que consiste no ativo operacional descontado do passivo operacional, e do *Goodwill* da UGC. Os testes efetuados não indicam a existência de imparidades, em resultado das análises de imparidade efetuadas em 2021, com base na metodologia e pressupostos supra.

Foram ainda efetuadas análises de sensibilidade às principais variáveis: (i) taxa de desconto (+/-0,5%) e (ii) taxa de crescimento na perpetuidade (+/-0,5%).

O Conselho de Administração considerou que em 2022 e 2021, qualquer alteração razoavelmente possível em qualquer um dos pressupostos-chave acima referidos, utilizados na análise de imparidade efetuada, não originaria uma perda por imparidade do *goodwill*, com exceção da Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda., CUF - Gestão de clientes e de serviços de saúde, S.A. e a Clínica CUF Belém, S.A., em caso de aumento de 0,5%, a imparidade cresce 561 milhares de euros, em caso de diminuição a imparidade diminuiria 582 milhares de euros.

## 15. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de Computador	Direitos de Exploração	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>					
<b>Saldo a 1 de janeiro 2021</b>	<b>20</b>	<b>8 805</b>	<b>505</b>	<b>-</b>	<b>9 330</b>
Concentrações empresariais: (Nota 5.1)		5 270	-	20 187	25 457
Adições		198	-	891	1 089
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>20</b>	<b>14 273</b>	<b>505</b>	<b>21 078</b>	<b>35 876</b>
<b>Saldo a 1 de janeiro 2022</b>	<b>20</b>	<b>14 273</b>	<b>505</b>	<b>21 078</b>	<b>35 876</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	-	316	-	-	316
Transferências	-	10 710	-	(10 710)	-
Adições	-	1 887	990	7 159	10 035
Regularizações	-	-	-	(8 815)	(8 815)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>20</b>	<b>27 185</b>	<b>1 495</b>	<b>8 712</b>	<b>37 412</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>					
<b>Saldo a 1 de janeiro 2021</b>	<b>(17)</b>	<b>(6 854)</b>	<b>(98)</b>	<b>-</b>	<b>(6 969)</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	(3)	(3 637)	(44)	-	(3 684)
Amortizações do exercício (Nota 17)	-	(203)	(4)	-	(207)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>(20)</b>	<b>(10 694)</b>	<b>(146)</b>	<b>-</b>	<b>(10 860)</b>
<b>Saldo a 1 de janeiro 2022</b>	<b>(20)</b>	<b>(10 694)</b>	<b>(146)</b>	<b>-</b>	<b>(10 860)</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	-	(168)	-	-	(168)
Amortizações do exercício (Nota 17)	-	(2 293)	(48)	-	(2 341)
Outros	-	2	-	-	2
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>(20)</b>	<b>(13 153)</b>	<b>(194)</b>	<b>-</b>	<b>(13 368)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>-</b>	<b>3 579</b>	<b>359</b>	<b>21 078</b>	<b>25 016</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>-</b>	<b>14 032</b>	<b>1 300</b>	<b>8 712</b>	<b>24 044</b>

### Ativos intangíveis em curso

As aquisições de 2022 e 2021 respeitam a gastos incorridos com o desenvolvimento e implementação do projeto *Go Forward* o qual consiste na reformulação dos sistemas operacionais das unidades de prestação de serviços de saúde do Grupo. Parte do referido projeto foi concluído em 2022 tendo iniciado a sua amortização. Os restantes componentes do projeto encontravam-se ainda em desenvolvimento e implementação em 31 de dezembro de 2022, pelo que se encontravam classificados como ativos intangíveis em curso, sendo expectável a sua conclusão no decorrer do exercício de 2023. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo CUF procedeu a alterações no desenho do referido projeto e chegou a um acordo parcial de rescisão do contrato de licenciamento do software e prestação de serviços com o principal fornecedor do projeto *Go Forward*. Do referido acordo resultou a devolução ao Grupo, a título de ressarcimento, do montante de, aproximadamente, 5 Milhões de Euros (dos quais foram recebidos, até 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 2,5 Milhões de Euros. O Grupo procedeu ainda a uma avaliação do valor de recuperação dos componentes capitalizados tendo

reconhecido gastos de, aproximadamente, 3,8 Milhões de Euros, dos quais foram reconhecidos 0,7 Milhões de Euros em Gastos com o pessoal (Nota 9) e 3,1 Milhões de Euros na rubrica Fornecimentos e serviços externos (Nota 8).

### Direitos de exploração

Em 2022 esta rubrica inclui o montante de 150 milhares de euros referente ao trespasse da Clínica CUF São Domingos de Rana, 350 milhares de euros respeitante à convenção para prestação de serviços de radiologia pelo Hospital CUF Sintra e 990 milhares de euros relativos ao trespasse da clínica do Montijo.

Em seguida detalha-se o período de vida útil remanescente, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no que respeita aos ativos intangíveis referidos acima:

	Valor Bruto		Valor Líquido		Número de anos até ao final do contrato	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
<b>Outros ativos intangíveis</b>						
Trespasse de S. Domingues	150	150	42	56	4	5
Convenção radiologia CUF Sintra	350	350	268	303	7	8
Trespasse da Clínica do Montijo	990	-	990	-	10	-
	<b>1 490</b>	<b>500</b>	<b>1 300</b>	<b>359</b>		

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Conselho de Administração do Grupo concluiu que não existiam indícios de imparidade referente aos Direitos de exploração.

## 16. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Imóveis afetos a Serviços de Saúde	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021:</b>	-	-	<b>3 348</b>	<b>4 257</b>	-	<b>763</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>8 390</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	11 179	2 063	51 036	117 209	150	28 709	119	607	211 073
Adições	-	-	408	838	-	123	-	39	1 408
Transferências	-	(1 964)	293	2	-	-	-	(296)	(1 964)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>11 179</b>	<b>99</b>	<b>55 084</b>	<b>122 307</b>	<b>150</b>	<b>29 595</b>	<b>139</b>	<b>353</b>	<b>218 907</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>11 179</b>	<b>99</b>	<b>55 084</b>	<b>122 307</b>	<b>150</b>	<b>29 595</b>	<b>130</b>	<b>362</b>	<b>218 907</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	-	-	309	3 298	-	436	-	19	4 062
Adições	4 693	-	4 388	5 610	-	2 504	23	542	17 760
Alienações e abates	-	-	(19)	-	-	-	-	-	(19)
Transferências	-	(19)	-	-	-	11	-	-	(8)
Regularizações	-	-	10	20	-	-	-	(10)	20
Excedente de revalorização	1 616	-	-	-	-	-	-	-	1 616
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17 489</b>	<b>80</b>	<b>59 773</b>	<b>131 235</b>	<b>150</b>	<b>32 546</b>	<b>153</b>	<b>913</b>	<b>242 339</b>
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	-	-	<b>(2 198)</b>	<b>(4 118)</b>	-	<b>(662)</b>	<b>(20)</b>	-	<b>(6 998)</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	-	-	(26 266)	(100 821)	(148)	(22 763)	(108)	-	(150 107)
Depreciações do exercício (Nota 17)	(13)	-	(536)	(514)	(0)	(282)	-	-	(1 346)
Regularizações	-	-	-	(12)	-	-	-	-	(13)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(13)</b>	-	<b>(29 001)</b>	<b>(105 465)</b>	<b>(148)</b>	<b>(23 707)</b>	<b>(129)</b>	-	<b>(158 463)</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>(13)</b>	-	<b>(29 001)</b>	<b>(105 465)</b>	<b>(148)</b>	<b>(23 707)</b>	<b>(129)</b>	-	<b>(158 463)</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	-	-	(329)	(969)	-	(189)	-	-	(1 487)
Depreciações do exercício (Nota 17)	(259)	-	(4 354)	(5 486)	(2)	(3 274)	(1)	-	(13 376)
Reversão de imparidade (Nota 36)	-	-	75	-	-	-	-	-	75
Regularizações	-	-	(4)	53	-	1	-	-	50
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>(271)</b>	-	<b>(33 614)</b>	<b>(111 867)</b>	<b>(150)</b>	<b>(27 169)</b>	<b>(129)</b>	-	<b>(173 201)</b>
<b>Ativo líquido:</b>									
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>11 167</b>	<b>99</b>	<b>26 084</b>	<b>16 842</b>	<b>2</b>	<b>5 888</b>	<b>11</b>	<b>353</b>	<b>60 445</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>17 217</b>	<b>80</b>	<b>26 159</b>	<b>19 367</b>	-	<b>5 376</b>	<b>24</b>	<b>913</b>	<b>69 138</b>



A avaliação do imóvel é efetuada anualmente por decisão da gestão, e elaborada por uma entidade externa registada na CMVM. Com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, a entidade especializada independente que realizou a avaliação foi a Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliação Imobiliária, Lda. A avaliação segue métodos distintos, de acordo com as características do imóvel.

### **Hospital CUF Santarém**

Este imóvel é o único imóvel do Grupo, e não possui contrato de arrendamento, uma vez que é detido pela sociedade prestadora de cuidados de saúde (Hospital CUF Santarém, S.A.). Para a avaliação deste imóvel é utilizado o Método do custo.

O Método do custo tem por base a “obra nova” (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indiretos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado.

O custo da construção será afetado com um fator (fator ou coeficiente de conservação patrimonial) de modo a traduzir o estado de conservação patrimonial do bem à data da avaliação. A aplicação do método do custo obriga à estimativa dos valores do terreno edificado e do logradouro (infraestruturado ou livre). O valor do terreno é estimado com base no princípio da máxima utilidade (ou aptidão) e uso otimizado, tal como se estivesse livre.

A avaliação do imóvel acima identificado foi ainda efetuada tendo em conta o estado de uso atual do mesmo. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido ajustada às características do imóvel em avaliação.

### **Edifício Infante Santo 34**

Em 31 de dezembro de 2021, o imóvel está classificado na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Com a transição da atividade de ambulatório para o novo Hospital CUF Tejo, o Grupo desenvolveu esforços no sentido de vender o Edifício Infante Santo 34. Em 2021 foi assinado um contrato-promessa de compra e venda em que foi acordado um valor de venda de 7,4 milhões de euros. Na data da assinatura do contrato foi feito um adiantamento no montante de 2,22 milhões de euros (Nota 37). Em julho de 2022 foi efetivada a venda do imóvel pelo montante acordado no contrato promessa de compra e venda.



No decurso do exercício de 2022 foi alienado o terreno relativo ao armazém de Odivelas tendo originado uma mais-valia de cerca de 300 milhares de euros (Nota 6).

#### **Alterações significativas nos dados não observáveis**

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, por forma a observar o impacto das variáveis do modelo no valor do imóvel avaliado pelo método do custo.

Para esta análise, foi testado o seguinte parâmetro:

1. Custo de construção por m<sup>2</sup>, através de uma variação positiva e negativa em 10%.

A análise de sensibilidade permite concluir que no ponto mínimo do parâmetro definido em cima, ou seja, uma redução do custo de construção por m<sup>2</sup> em 10%, o valor do imóvel diminuiria em 1,257 milhões de euros. Por outro lado, no ponto máximo (r aumento do custo de construção por m<sup>2</sup> em 10%) observar-se-ia um incremento de 1,257 milhões de euros na valorização do imóvel.

O imóvel do Hospital CUF Santarém foi dado como garantia real de empréstimos detidos pelo Grupo (Nota 40).

As restantes rubricas do ativo fixo tangível respeitam a:

- Edifícios e outras construções – esta rubrica engloba as obras e benfeitorias realizadas em edifícios alheios;
- Equipamento básico – esta rubrica respeita essencialmente aos equipamentos médicos cirúrgicos adquiridos e utilizados no âmbito da atividade do Grupo;
- Equipamento administrativo – esta rubrica engloba essencialmente os equipamentos e mobiliário administrativo/escritório.



## 17. ATIVOS POR DIREITO DE USO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor do direito de uso, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de Superfície	Outros	Total
<b>Ativo bruto:</b>							
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>12 666</b>	<b>586</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13 264</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	324 309	79 505	375	2 885	2 210	471	409 756
Adições	762	1 831	-	164	-	-	2 758
Alienações e abates	-	-	-	(497)	-	-	(497)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>337 737</b>	<b>81 923</b>	<b>375</b>	<b>2 564</b>	<b>2 210</b>	<b>471</b>	<b>425 281</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>337 737</b>	<b>81 923</b>	<b>375</b>	<b>2 564</b>	<b>2 210</b>	<b>471</b>	<b>425 281</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	-	712	-	-	-	-	712
Adições	19 494	7 489	-	864	-	-	27 847
Alienações e abates	(4)	(66)	-	-	-	-	(70)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>357 227</b>	<b>90 058</b>	<b>375</b>	<b>3 427</b>	<b>2 210</b>	<b>471</b>	<b>453 769</b>
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>							
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>(2 783)</b>	<b>(264)</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3 052)</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	(49 440)	(36 474)	(374)	(1 895)	(259)	(379)	(88 821)
Depreciações do exercício	(3 141)	(1 138)	-	(63)	(5)	(13)	(4 360)
Alienações e abates	-	-	-	497	-	-	497
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>(55 365)</b>	<b>(37 875)</b>	<b>(374)</b>	<b>(1 466)</b>	<b>(263)</b>	<b>(392)</b>	<b>(95 735)</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>(55 365)</b>	<b>(37 875)</b>	<b>(374)</b>	<b>(1 466)</b>	<b>(263)</b>	<b>(392)</b>	<b>(95 735)</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	-	(101)	-	-	-	-	(101)
Depreciações do exercício	(21 876)	(11 532)	-	(668)	(55)	(80)	(34 211)
Regularizações	1	(13)	-	-	-	-	(12)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>(77 241)</b>	<b>(49 521)</b>	<b>(374)</b>	<b>(2 134)</b>	<b>(318)</b>	<b>(471)</b>	<b>(130 060)</b>
<b>Ativo líquido:</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>282 372</b>	<b>44 048</b>	<b>1</b>	<b>1 098</b>	<b>1 947</b>	<b>80</b>	<b>329 545</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>279 987</b>	<b>40 537</b>	<b>1</b>	<b>1 293</b>	<b>1 892</b>	<b>-</b>	<b>323 710</b>

Os valores registados na rubrica “Edifícios e outras construções” respeitam essencialmente a contratos de arrendamento de instalações de saúde, nas quais o Grupo opera a sua atividade de prestação de saúde privada. A rubrica engloba também contratos de arrendamento de outras instalações, nas quais o Grupo desenvolve serviços de cariz administrativo e de apoio assistencial à atividade.

A rubrica de “equipamento básico” engloba essencialmente direitos de uso relativos a contratos de locação de equipamentos médicos.

O valor registado em “Direitos de Superfície” respeita a um contrato de cedência em regime de direito de superfície, da Câmara Municipal de Cascais à Hospital CUF Cascais, S.A.. Este contrato respeita à cedência do direito de superfície do Hospital Ortopédico José de Almeida, composto por dois imóveis situados no município de Cascais, e foi constituído pelo período de 40 anos. Em 2019 houve uma transmissão parcial do direito de superfície a outra empresa.

Todos os ativos classificados como Direito de uso encontram-se valorizados ao custo.

O Grupo, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 concluiu que não existiam indícios de imparidade nos ativos registados em Direito de uso. A conclusão teve em consideração as seguintes circunstâncias relativamente ao principal ativo, Direito de Superfície Hospital Ortopédico José de Almeida: existência de um *Business Plan* para a construção de uma unidade de saúde no terreno cedido pela Câmara Municipal de Cascais, o qual prevê que a capacidade da unidade gerar receitas será suficiente para recuperar o valor do investimento.

O detalhe das amortizações e depreciações reconhecidas na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é conforme segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Ativos intangíveis (Nota 15)	2 341	207
Ativos fixos tangíveis (Nota 16)	13 376	1 346
Ativos por direito de uso	34 211	4 360
	<b>49 928</b>	<b>5 913</b>

## 18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Partes de capital	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 36)	Total	Partes de capital	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 36)	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>613</b>	-	<b>613</b>	-	-	-
Concentrações empresariais	(375)	-	<b>(375)</b>	628	-	<b>628</b>
<u>Aplicação de equivalência patrimonial:</u>			-			
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(686)	-	<b>(686)</b>	(15)	-	<b>(15)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>302</b>	-	<b>302</b>	<b>613</b>	-	<b>613</b>

A rubrica Investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é composta como segue:

Associadas	Sede	%	31-12-2022			31-12-2021		
			Partes capital	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 36)	Valor de balanço	Partes capital	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 36)	Valor de balanço
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	34,00%	302	-	302	438	-	438
Hospital CUF Trindade, S.A.	Carnaxide	46,87%	-	-	-	175	-	175
			<b>302</b>	-	<b>302</b>	<b>613</b>	-	<b>613</b>

A principal informação financeira agregada, relativa às empresas associadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Associadas	Informação financeira em 31 de dezembro de 2022							
	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Gastos	Rendimentos	Resultado líquido do exercício
Centro Gamma Knife- Radiocirurgia, S.A.	1 124	793	553	476	889	(922)	1 134	201

Associadas	Informação financeira em 31 de dezembro de 2021							
	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos	Resultado líquido do exercício
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	1 207	895	574	240	1 287	(1 139)	1 500	361
Hospital Ordem da Trindade, S.A.	2 447	988	53	6 499	(3 118)	(2 193)	923	(1 270)

## 19. OUTROS INVESTIMENTOS

Os Outros investimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os que se seguem:

	31-12-2022				31-12-2021			
	Partes de Capital	Empréstimos Concedidos	Perdas por imparidade acumuladas	Valor de Balanço	Partes de Capital	Empréstimos Concedidos	Perdas por imparidade acumuladas	Valor de Balanço
Fundo Compensação de Trabalho	1 509	-	-	1 509	1 505	-	-	1 505
Outros	26	-	-	26	26	-	-	26
	<b>1 535</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 535</b>	<b>1 531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 531</b>

Os Outros investimentos incluem instrumentos de capital próprio, mensurados ao justo valor através do resultado integral. Esta rubrica apresenta os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Outros investimentos
<b>Investimento bruto:</b>	
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	-
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	1 416
Adições/(reduções)	38
Variação de justo valor (Nota 11)	76
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1 531</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2)	17
Adições/(reduções)	334
Reembolsos	(257)
Regularizações/reclassificações	(9)
Variação de justo valor (Nota 11)	(82)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 535</b>
<b>Valor líquido:</b>	
Em 31 de dezembro de 2021	1 531
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 535</b>

## 20. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As rubricas de outros ativos financeiros e outros passivos financeiros respeita a empréstimos com partes relacionadas. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se detalhados na Nota 42.

## 21. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos seus ativos e passivos. Os impostos diferidos considerados na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral respeitam a: (i) provisões, (ii) imparidade de clientes, (iii) responsabilidades por benefícios de reforma, (iv) prejuízos fiscais e (v) revalorização de ativos fixos tangíveis.

As quantias, por natureza, e os movimentos ocorridos nos ativos e nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	Ativos por impostos diferidos				Total
	Imparidade de clientes	Prejuízos fiscais reportáveis	Benefícios dos empregados (Nota 36)	Provisões não aceites fiscalmente	
<b>Saldo em 1 de janeiro 2021</b>	-	-	-	-	-
Concentrações empresariais (Nota 5)	551	181	312	1 039	<b>2 082</b>
<u>Constituição:</u>					
Resultado líquido	-	42	-	695	<b>737</b>
<u>Reversão:</u>					
Resultado líquido	(146)	-	(36)	-	<b>(182)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>405</b>	<b>223</b>	<b>276</b>	<b>1 734</b>	<b>2 637</b>
<u>Constituição:</u>					
Resultado líquido	5	-	-	74	<b>79</b>
<u>Reversão:</u>					
Resultado líquido	(121)	-	(53)	(151)	<b>(324)</b>
Regularizações	(109)	-	-	109	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>290</b>	<b>223</b>	<b>223</b>	<b>1 656</b>	<b>2 392</b>

### 21.1. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e em oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas, nos termos do IAS 12.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis respeitam a resultados gerados pelas subsidiárias Hospital CUF Coimbra, S.A. ("HCCO") e CENES – Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda. ("CENES"). De salientar que a CENES

encontra-se abrangida pelo RETGS desde o início do ano de 2021, tendo a sociedade HCCO entrado no RETGS no exercício anterior.

Os prejuízos fiscais reportados e recuperáveis, bem como o respetivo imposto diferido reconhecido, decompõe-se do seguinte modo:

Sociedade	Exercício	31-12-2022				
		Prejuízo fiscal	Prejuízos fiscais recuperáveis	Imposto diferido ativo	Data limite de utilização*	Prejuízos Fiscais utilizados
HCCO	2014	143	143	30	2026	-
HCCO	2018	2 271	-	-	2023	-
CENES	2014	486	443	93	2026	43
CENES	2015	79	79	17	2027	-
CENES	2016	152	152	32	2028	-
CENES	2017	99	99	-	2022	-
CENES	2018	68	68	-	2023	-
CENES	2020	245	245	51	2032	-
CUF Trindade	2018	1	1	-	2023	-
CUF Trindade	2019	639	639	-	2024	-
CUF Trindade	2020	1 639	1 639	-	2032	-
CUF Trindade	2021	1 338	1 338	-	2033	-
CUF Trindade	2022	2 389	2 389	-	2034	-
		<b>7 278</b>	<b>7 235</b>	<b>223</b>		

(\*)A partir de 2023 os prejuízos fiscais deixam de ter data limite de reporte.

Sociedade	Exercício	31-12-2021				
		Prejuízo fiscal	Prejuízos fiscais recuperáveis	Imposto diferido ativo	Data limite de utilização*	Prejuízos Fiscais utilizados
HCCO	2014	143	143	30	2026	-
HCCO	2017	16	-	-	2022	-
HCCO	2018	2 271	-	-	2023	-
CENES	2014	486	443	93	2026	43
CENES	2015	79	79	17	2027	-
CENES	2016	152	152	32	2028	-
CENES	2017	99	99	-	2022	-
CENES	2018	68	68	-	2023	-
CENES	2020	245	245	51	2032	-
		<b>1 288</b>	<b>1 229</b>	<b>223</b>		



As Empresas Hospital CUF Coimbra, S.A. e Cenes entraram para o Grupo Fiscal em 2019 e 2021, respetivamente, pelo que até essa data os prejuízos fiscais respetivos não foram incluídos no RETGS. A subsidiária Hospital CUF Trindade, S.A. ainda não se encontra abrangida pelo RETGS.

O montante de impostos diferidos ativos respeitantes aos Benefícios dos empregados, respeita a um seguro de rendas vitalícias contratado pela CUF em janeiro de 2016. Este seguro permitiu dar cumprimento a um contrato existente desde 2000, onde a CUF se responsabilizou por assegurar um pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social em 1 de janeiro de 2016. O respetivo gasto é dedutível fiscalmente à medida que vai sendo pago.

## 21.2. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

No que concerne aos impostos diferidos passivos estes dizem respeito à revalorização dos ativos fixos tangíveis, bem com às diferenças temporárias decorrentes das amortizações consideradas para efeitos fiscais:

	Reavaliação de ativos fixos tangíveis	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro 2021</b>	-	-
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	509	509
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>509</b>	<b>509</b>
Constituição:		
Capitais próprios	526	526
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>1 035</b>	<b>1 035</b>

## 22. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros devedores tinha a seguinte composição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Pessoal	525	-	1 007	-
Outros devedores	3 386	250	951	-
	<b>3 911</b>	<b>250</b>	<b>1 958</b>	-
Perdas por Imparidade acumuladas (Nota 36)	(168)	-	(123)	-
	<b>3 743</b>	<b>250</b>	<b>1 835</b>	-

A rubrica Outros devedores engloba essencialmente o montante a receber de 2,5 milhões de euros, resultantes do acordo de rescisão com o principal fornecedor do projeto *Go forward* (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentava contas a receber de partes relacionadas no montante de 250 milhares de euros (Nota 42).

## 23. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Acréscimos de rendimentos:</b>				
Rendimentos por produção não faturada	17 619	-	16 395	-
Juros	10	-	64	-
<i>Rappel</i>	5 932	-	5 236	-
Outros	-	-	107	-
	<b>23 562</b>	-	<b>21 802</b>	-
<b>Gastos diferidos:</b>				
Rendas	23	-	83	-
Seguros	685	-	870	-
Informática	223	-	232	-
Outros	193	-	65	-
	<b>1 124</b>	-	<b>1 250</b>	-
	<b>24 686</b>	-	<b>23 052</b>	-

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo apresentava contas a receber de partes relacionadas nos montantes de 137 milhares de euros e 12 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

A rubrica Rendimentos por produção não faturada respeita a atos médicos prestados e ainda não faturados aos clientes. Estes pendentes de faturação, respeitam essencialmente à prestação privada de unidades de saúde, no montante de 17 619 milhares de euros em 2022 (16 395 milhares de euros em 2021), e resultam das seguintes situações: falta de termo de responsabilidade, faturação apenas no final do tratamento, falta de confirmação dos códigos de faturação.

## 24. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os inventários respeitam, essencialmente a Produtos farmacêuticos e a Material de consumo clínico e apresentam os seguintes saldos:

	31-12-2022	31-12-2021
Material de consumo clínico	10 129	12 085
Produtos farmacêuticos	3 640	3 936
Material de consumo administrativo	221	254
Outro material de consumo	277	276
Outros	143	162
	<b>14 411</b>	<b>16 713</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>		
Imparidade do exercício (Nota 36)	(782)	(675)
	<b>13 629</b>	<b>16 038</b>

Estes produtos e materiais são utilizados pelas várias unidades clínicas do Grupo na sua atividade de prestação de serviços clínicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Grupo reconheceu em resultados perdas por imparidade no montante de 275 milhares de euros, referentes a inventários relativos a equipamentos de proteção individual ("EPI"), a qual foi aumentada em 2022 em cerca de 1 milhão de euros, tendo existido uma utilização no montante de 972 milhares de euros (Nota 36) no contexto de abates realizados.

Em 31 de dezembro de 2022 foi utilizada a imparidade reconhecida em 2021 no montante de 675 milhares de euros.

## 25. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores tinha a seguinte composição:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Clientes, conta corrente	92 637	(9 362)	83 275	77 663	(8 934)	68 729
Clientes em conferência	2 010	-	2 010	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	93	-	93	1	-	1
	<b>94 741</b>	<b>(9 362)</b>	<b>85 379</b>	<b>77 665</b>	<b>(8 934)</b>	<b>68 730</b>

As contas a receber de clientes apresentadas na Demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidas de perdas por imparidade, que foram estimadas de acordo com o descrito na Nota 43.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

No final do ano de 2022 foram desreconhecidos créditos de clientes no montante de 35,6 milhões de euros (36,3 milhões de euros em 2021) no âmbito de contratos de *factoring* celebrados com uma entidade bancária, considerando que, em resultado das respetivas condições contratuais o Grupo deixou de reter o controlo sobre os referidos créditos, não retendo os respetivos serviços e benefícios significativos à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O movimento de perdas por imparidade encontra-se apresentado na Nota 36.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo apresentava contas a receber de partes relacionadas nos montantes de 1 049 milhares de euros e (267) milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

## 26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de Estado e outros entes públicos e dos ativos e passivos por imposto corrente eram como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
<b>Saldo devedor:</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	1 774	1 773
Outros impostos	7	-
	<b>1 780</b>	<b>1 773</b>
<b>Saldo credor:</b>		
Retenção de impostos sobre rendimentos	2 389	1 163
Impostos sobre o valor acrescentado	387	466
Contribuições para a segurança social	2 919	2 592
Outros impostos	5	6
	<b>5 700</b>	<b>4 228</b>

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativo e Passivo por imposto corrente</b>		
<b>Saldo devedor:</b>		
Imposto sobre o rendimento	83	73
	<b>83</b>	<b>73</b>
<b>Saldo credor:</b>		
Pagamentos por conta	(2)	-
Imposto sobre o rendimento	800	7 810
	<b>798</b>	<b>7 810</b>

## 27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os outros instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalham-se conforme quadro abaixo:

	31-12-2022	31-12-2021
Empréstimos obrigacionistas	10 000	10 000
Outros instrumentos financeiros	39 562	17 838
	<b>49 562</b>	<b>27 838</b>

Os empréstimos obrigacionistas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalham-se conforme quadro abaixo:

Subsidiária	Emitente	Ano Emissão	Maturidade	31-12-2022	31-12-2021
Hospital CUF Tejo, S.A.	José de Mello Capital, S.A.	2009	jun/23 (a)	10 000 000	10 000 000

a) As obrigações da José de Mello Capital, S.A. venciam-se no final de 2022. No entanto, foi aprovado em 7 de novembro de 2022, a prorrogação da sua maturidade para junho de 2023 por contrapartida de renegociação das condições, sem impacto na sua apresentação.

Estas obrigações têm uma *put option* que confere ao Grupo o direito ao resgate a qualquer momento do montante em causa, sendo expectável o exercício da opção de venda num prazo inferior a 12 meses, razão pela qual as mesmas estão classificadas como ativo corrente. A opção de venda foi registada ao valor nominal, não tendo o Grupo reconhecido qualquer derivado associado à mesma.

Com base na análise feita periodicamente dos indicadores referidos na Nota 43, o Grupo concluiu que não existem indícios de imparidade dos montantes das obrigações.

A rubrica Outros instrumentos financeiros inclui o montante de 39 562 milhares de euros em 2022 (17 838 em 2021) relativos ao contrato grupado de gestão conjunta de tesouraria do Grupo CUF junto de uma instituição financeira. A condição de movimentação pela Grupo permite liquidez imediata e sem restrição de movimentação, se a descoberto, até ao limite contratualizado, sem risco de alteração de valor.

## 28. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Caixa e depósitos bancários:</b>		
Numerário	2 234	2 259
Depósitos à ordem	25 863	18 892
Depósitos a prazo	231	3
Outras aplicações de tesouraria	1	1
	<b>28 331</b>	<b>21 155</b>
<b>Caixa e seus equivalentes:</b>		
Descobertos bancários (Nota 33)	(76)	(59)
	<b>(76)</b>	<b>(59)</b>
Outros instrumentos financeiros (Nota 27)	39 562	17 838
	<b>67 817</b>	<b>38 935</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de depósitos à ordem inclui o montante de 15 122 milhares de euros (9 863 milhares de euros em 2021) referentes a créditos recebidos de clientes cedidos a entidades bancárias no âmbito de contratos de *factoring*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo registou as seguintes transações não monetárias de financiamento que não se encontram refletidas na demonstração consolidada dos fluxos de caixa:

- O Grupo adquiriu diversos bens através de contratos de locação, tal como divulgado na Nota 17, no montante de 27 847 milhares de euros (2 758 milhares de euros em 2021).
- O Grupo adquiriu ativos fixos tangíveis, não incluídos no montante de locações acima referido, os quais não tinham sido liquidados à data da posição financeira, no montante de, aproximadamente, 2 391 milhares de euros em 2022, tendo sido em 2021 liquidados na sua totalidade.



## 29. CAPITAL

Em 1 de julho de 2021 a CUF, S.A., adquiriu as ações que estavam na posse da GITUM Imobiliário e Serviços, S.A., passando a ser a partir daquela data o acionista único da CUF SGPS.

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 4 de julho de 2021, foi deliberado por unanimidade a redução do capital social no valor global de, aproximadamente, 21 milhões de euros destinado à cobertura de prejuízos nesse mesmo valor, mediante a extinção de 2 067 902 ações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social no montante de 547 milhares de euros, totalmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 54 698 ações, com o valor nominal de 10 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital era detido pelas seguintes entidades:

Entidade	Número de ações	Percentagem de participação
CUF, S.A.	54 698	100,00%
	<b>54 698</b>	<b>100,00%</b>

## 30. RESERVA LEGAL

Em 31 de dezembro de 2022, a reserva legal ascende a 12 milhares de euros, encontrando-se totalmente constituída. A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual apurado nas contas individuais tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## 31. OUTRAS RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

### Outros instrumentos de capital próprio – Prestações acessórias

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 17 de novembro de 2021, foi deliberado por unanimidade a aprovação da realização de prestações acessórias de capital no montante de 95 561 954 euros a qual ocorreu na mesma data.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 26 de novembro de 2021, foi deliberado por unanimidade a aprovação da realização de prestações acessórias de capital no montante de 858 361 209 euros a qual ocorreu na mesma data.

As realizações das prestações acessórias acima referidas totalizaram, em 2021, o montante de 953 923 163 euros, tendo o referido montante sido utilizado para a aquisição das participações referidas na Nota 5.

Estas prestações acessórias seguem o regime de prestações suplementares definidas no Código das Sociedades Comerciais. As prestações acessórias não vencem juros e apesar de não terem prazo de reembolso definido, apenas podem ser restituídas, nos termos da legislação aplicável, quando, após o seu pagamento, o valor do capital próprio não seja inferior à soma do capital e da reserva legal.

#### Revalorização de ativos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui as variações por aumentos ou reduções de justo valor dos Imóveis Afetos a Serviços de Saúde (Nota 16). De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos, quando se encontrem realizados.

#### Resultados transitados

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de resultados transitados distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

### 32. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Saldo inicial em 1 de janeiro</b>	<b>2 853</b>	-
Concentrações empresariais (Nota 5)	-	2 746
Dividendos distribuídos	(177)	-
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	164	107
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>2 840</b>	<b>2 853</b>

R2  
DWS

O detalhe, por empresa, da rubrica Interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

EMPRESAS	31-12-2022			31-12-2021		
	% não detida	Interesses que não controlam		% não detida	Interesses que não controlam	
		Balço	Resultado atribuível a interesses que não controlam		Balço	Resultado atribuível a interesses que não controlam
HD - Medicina Nuclear, S.A.	30,00%	702	(81)	30,00%	621	34
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	37,19%	762	(65)	37,19%	714	37
Clínica CUF Belém, S.A.	37,19%	1 376	(18)	37,19%	1 518	37
		<b>2 840</b>	<b>(164)</b>		<b>2 853</b>	<b>107</b>

Os ativos, passivos, capital próprio e resultados estatutários das sociedades com interesses que não controlam, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como se segue:

## 2022

	Ativo		Passivo		Resultado líquido	Capital Próprio
	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente		
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	2 419	383	425	327	175	2 050
HD - Medicina Nuclear, S.A.	2 509	475	490	154	270	2 340
Clínica CUF Belém, S.A.	3 251	3 718	3 222	1 282	94	2 4421

## 2021

	Ativo		Passivo		Resultado líquido	Capital Próprio
	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente		
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	2 295	467	430	410	49	1 922
HD - Medicina Nuclear, S.A.	2 128	555	357	257	(91)	2 069
Clínica CUF Belém, S.A.	3 783	3 966	2 077	1 587	502	4 085

### 33. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Passivos correntes:</b>		
Financiamento por intermédio de <i>Factoring</i>	15 122	9 863
Outros empréstimos bancários	-	162
Descobertos bancários (Nota 28)	76	59
	<b>15 198</b>	<b>10 083</b>

#### Papel Comercial

O Grupo tem contratados três programas de Papel comercial para financiamento de tesouraria de curto prazo com um limite de 26 milhões de euros, dos quais nenhum se encontrava utilizado à data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estes passivos tinham o seguinte detalhe:

Empresa contratante	Montante nominal contratado	Montante por liquidar		Contrato	
		Corrente	Não corrente	Maturidade	Periodicidade
CUF, S.A.		-	-	jan. 2025	Anual
Hospital CUF Descobertas, S.A.	6000	-	-	jan. 2025	Anual
Hospital CUF Tejo, S.A.		-	-	jan. 2025	Anual
CUF, S.A.		-	-	dez. 2023	Anual
Hospital CUF Descobertas, S.A.	10 000	-	-	dez. 2023	Anual
Hospital CUF Tejo, S.A.		-	-	dez. 2023	Anual
CUF, S.A.		-	-	dez. 2023	Anual
Hospital CUF Descobertas, S.A.	10 000	-	-	dez. 2023	Anual
Hospital CUF Tejo, S.A.		-	-	dez. 2023	Anual
	<b>26 000</b>	-	-		

Apesar de existirem programas com maturidade superior a um ano, existem renovações anuais, sem possibilidade de renovação unilateral por parte do Grupo, pelo que o Papel Comercial é todo classificado como corrente.



Estes programas de papel comercial prevêem *covenants* financeiros comuns em contratos de financiamento. Os contratos têm incluídas obrigações de cumprimento dos seguintes rácios de endividamento: Dívida Financeira Líquida (considerada dívida financeira bruta deduzidos de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros) / EBITDA (correspondente ao Resultado Operacional acrescido de Amortizações e depreciações e provisões e perdas por imparidade); Rácio de cobertura do serviço da dívida (EBITDA/ Gastos Financeiros) e Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo). Os *covenants* financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CUF, S.A..

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo cumpria todos os *covenants* financeiros estabelecidos nos programas de papel comercial. De salientar que, embora não tenham existido alterações nos montantes ou prazos contratados, foram assinados dois aditamentos ao financiamento do Hospital CUF Tejo, que inclui *covenants* ESG (*Environmental, Social and Governance*), nomeadamente a medição anual de performance ao nível da Qualidade e Segurança Clínica, bem como de indicadores de Sustentabilidade de acordo com os índices GRI, tendo sido definidos KPIs graduais a partir de 2023 e até final dos programas de financiamento.

### Outros empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

Tipos de Financiamento	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
IAPMEI / PME	-	-	17	-
Contratos de Mútuo	-	-	145	-
	-	-	<b>162</b>	-

O indexante de referência usado nos contratos de financiamento é a taxa EURIBOR, cujo prazo varia entre 3M e 12M, acrescido de um spread em linha com o praticado no mercado para operações similares.

Não existem *covenants* financeiros associados a estes financiamentos bancários. Estes financiamentos têm associado garantias e colaterais descritos na Nota 40.

### Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo tinha contratadas linhas de crédito não utilizadas nos montantes de 34 750 milhares de euros.



### Reconciliação dos passivos resultantes de atividades de financiamento:

Abaixo apresentam-se as alterações ocorridas nos passivos da Empresa resultantes das atividades de financiamento quer de caixa e não caixa. Passivos resultantes de atividades de financiamento são aqueles cujos fluxos de caixa foram, ou serão, classificados como de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa:

	01-01-2022	Cash Flow		31-12-2022
		Recebimentos (i)	Pagamentos (i)	
Outros empréstimos bancários	162	-	(162)	-
<i>Factoring</i>	9 863	5 259	-	15 122
	<b>10 025</b>	<b>5 259</b>	<b>(162)</b>	<b>15 122</b>

	01-01-2021	Concentrações empresariais (Nota 5)	Cash Flow		31-12-2021
			Recebimentos (i)	Pagamentos (i)	
Outros empréstimos bancários	-	1 219	-	(1 057)	162
<i>Factoring</i>	-	14 835	-	(4 972)	9 863
	-	<b>16 054</b>	-	<b>(6 029)</b>	<b>10 025</b>

- (i) Os fluxos de caixa resultantes do empréstimo obrigacionista, outros empréstimos bancários e outros financiamentos perfazem os montantes líquidos de recebimentos e pagamentos respeitantes a financiamentos obtidos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

### 34. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A subsidiária Hospital CUF Tejo, S.A. ("HCT") tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da "retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social



cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde”. O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do HCT.

Segundo o relatório de avaliação preparado pela CFPO Consulting – Soluções Atuariais e Financeiras e aprovado pela Administração para efeitos de relato financeiro, o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração da posição financeira, é estimada em 872 milhares de euros (1 130 milhares de euros em 2021), tendo a provisão para pensões de reforma sido ajustada em conformidade.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método *Projected Unit Credit*, tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31-12-2022	31-12-2021
Taxa de desconto (antes da reforma)	3,00%	0,80%
Taxa de desconto (depois da reforma)	3,00%	0,80%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade:		
Para homens	TV 88/90	TV 88/90
Para mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Número de reformados	47	51
Idade média	78.57	77.45

O movimento ocorrido nas responsabilidades por benefícios dos empregados, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Responsabilidades a 1 de janeiro</b>	1 130	-
Concentrações empresariais (Nota 5)	-	1 223
Pagamento de benefícios	(100)	(104)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(158)	11
<b>Responsabilidades a 31 de dezembro</b>	<b>872</b>	<b>1 130</b>

A variação do valor atual de pensões em pagamento, deve-se, essencialmente, ao natural envelhecimento da população e à variação da taxa de rendimento.

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de benefício.

Foi efetuada uma análise de sensibilidade aos valores apurados na avaliação atuarial, tendo em conta um possível aumento e diminuição dos seguintes pressupostos: Taxa de Crescimento das Pensões, Taxa de Descontos e Tábua de Mortalidade. A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade resultante de alteração dos pressupostos:

## 2022

	Responsabilidades	Impacto
<b>Cenário Fecho</b>	872	-
<b>Taxa de crescimento das Pensões</b>		
0,5%	899	27
<b>Taxa de Desconto</b>		
- 0,5%	899	26
0,5%	847	(25)
<b>Tábua de Mortalidade</b>		
+ 1 EMV	920	48
- 1 EMV	825	(47)

## 2021

	Responsabilidades	Impacto
<b>Cenário Fecho</b>	1 130	-
<b>Taxa de crescimento das Pensões</b>		
0,5%	1 171	41
<b>Taxa de Desconto</b>		
- 0,5%	1 171	41
0,5%	1 091	(38)
<b>Tábua de Mortalidade</b>		
+ 1 EMV	1 197	67
- 1 EMV	1 065	(65)



### 35. PASSIVOS DE LOCAÇÃO

O Grupo tem alguns contratos de locação com duração inferior a 12 meses e de baixo valor. Nestas situações o Grupo reconhece as respetivas rendas como gasto operacional quando incorrido.

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31-12-2022	31-12-2021
Depreciações do direito de uso (Nota 17)	34 211	4 360
Gastos relativos a contratos de curta duração	3 712	304
Juros dos Contratos de locação (Nota 11)	13 443	2 121
	<b>51 366</b>	<b>6 784</b>

A maturidade dos passivos de locação encontra-se apresentada na Nota 43.

#### Reconciliação dos passivos resultantes de atividades de financiamento:

Abaixo apresentam-se as alterações ocorridas nos passivos da Empresa resultantes das atividades de financiamento quer de caixa e não caixa. Passivos resultantes de atividades de financiamento são aqueles cujos fluxos de caixa foram, ou serão, classificados como de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa:

	01-01-2022	Concentrações empresariais (Nota 5)	Cash Flow			Novas Locações (Nota 17)	31-12-2022
			Recebimentos (i)	Pagamentos (i)	Outros (ii)		
Passivos de locação	329 396	595	-	(30 752)	124	27 847	327 210

	01-01-2021	Concentrações empresariais (Nota 5)	Cash Flow			Novas Locações (Nota 17)	31-12-2021
			Recebimentos (i)	Pagamentos (i)	Outros (ii)		
Passivos de locação	-	329 284	-	(3 580)	934	2 758	329 396

- (i) Os fluxos de caixa resultantes, passivos de locação perfazem os montantes líquidos de recebimentos e pagamentos respeitantes a passivos de locação da demonstração consolidada dos fluxos de caixa;
- (ii) Esta rubrica inclui o efeito líquido da especialização e pagamentos de juros referentes aos pagamentos efetuados a credores por locações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de passivos de locação inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 264 543 milhares de euros e 270 617 milhares de euros, respetivamente.

### 36. PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Processos judiciais	Outras provisões	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro 2021</b>	<b>15</b>	-	<b>15</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.1):	1 120	9 025	<b>10 145</b>
Reforço	73	-	<b>73</b>
Reversão	-	(3 561)	<b>(3 561)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>1 208</b>	<b>5 465</b>	<b>6 672</b>
Concentrações empresariais (Nota 5.2):	7	-	<b>7</b>
Reforço	55	-	<b>55</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>1 270</b>	<b>5 465</b>	<b>6 734</b>

#### Provisões para Processos Judiciais

Provisões que decorrem de processos judiciais interpostos pelos clientes das várias unidades ao Grupo CUF, no âmbito da atividade de prestação de serviços hospitalares. Estas provisões são constituídas com base na avaliação e graduação do risco dos processos. Em 31 de dezembro de 2022 existiam processos interpostos contra o Grupo sendo a responsabilidade estimada pelo Grupo aquela que não se encontra coberta pelos seguros por si contratados. O valor total das ações dos respetivos processos, ascende a, aproximadamente, 16 milhões de euros (21 milhões de euros em 2021), estando a tempestividade da sua resolução dependente dos anteriores termos dos respetivos processos.

## Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras provisões correspondem a provisões constituídas para fazer face a responsabilidades para com terceiros associados à sua atividade operacional.

## Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

### Ativos correntes

	Inventários (Nota 24)	Clientes (Nota 25)	Outros devedores (Nota 22)	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro 2021</b>	-	186		186
Concentrações empresariais (Nota 5)	400	8 962	123	9 485
Reforço	275	-	-	275
Utilização	-	(104)	-	(104)
Reversão	-	(110)	-	(110)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>675</b>	<b>8 934</b>	<b>123</b>	<b>9 732</b>
<b>Saldo a 1 de janeiro 2022</b>	<b>675</b>	<b>8 934</b>	<b>123</b>	<b>9 732</b>
Reforço	1 079	1 178	45	2 302
Reversão	-	(77)	-	(77)
Utilização	(972)	(672)	-	(1 644)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>782</b>	<b>9 362</b>	<b>168</b>	<b>10 312</b>

### Ativos não correntes

	Goodwill (Nota 14)	Ativos fixos tangíveis (Nota 16)
<b>Saldo a 1 de janeiro 2021</b>	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	-	-
<b>Saldo a 1 de janeiro 2022</b>	-	-
Concentrações empresariais (Nota 5)	-	305
Reforço	15 744	-
Reversão	-	(75)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>15 744</b>	<b>230</b>

Durante os exercícios 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Reforço	Reversão	Total	Reforço	Reversão	Total
Provisões	55	-	55	73	(3 561)	(3 488)
Imparidade em ativos não correntes	15 744	(75)	15 669	-	-	-
Imparidade em ativos correntes	2 302	(77)	2 224	275	(110)	165
			<b>17 949</b>			<b>(3 323)</b>

### Ativos e Passivos Contingentes

A 1 de julho de 2022, a CUF foi notificada pela Autoridade da Concorrência (AdC) da decisão relativa ao processo de contra-ordenação levantado, por esta entidade, em 14 de março de 2019 contra a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde por alegado envolvimento num acordo ou prática concertada restritivos da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares privados por parte dos subsistemas de saúde públicos ADSE e IASFA, e cuja Nota de Ilícitude havia sido notificada em 29 de julho de 2021.

Em termos muito resumidos, a AdC arquivou o processo de contraordenação no que se refere a uma eventual coordenação e/ou concertação de comportamentos no sentido de pressionar a regularização da dívida do IASFA, em particular, por parte das visadas Luz e CUF, por concluir não existir prova suficiente para permitir a responsabilização das visadas.

Distintamente, no que se refere às negociações com a ADSE, a AdC concluiu que as empresas visadas coordenaram os seus interesses e comportamentos no âmbito das negociações com a ADSE, relativamente à sua tabela de preços e regras, bem como ao processo de regularização das faturas de 2015 e 2016, sobretudo, através e com a participação da APHP, o que configura um acordo ou prática concertada, nos termos das alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 9º da Lei da Concorrência, tendo como objeto impedir, falsear ou restringir, de forma sensível, a concorrência.

Nesses termos, foram aplicadas coimas a todas as empresas visadas, sendo que no caso da CUF, S.A. a coima ascende a 74,98 milhões de euros, sendo a José de Mello Capital, S.A. responsável solidária pelo pagamento da coima.



Convicta do escrupuloso cumprimento da Lei da Concorrência, a CUF, S.A., e a sua acionista José de Mello Capital, S.A., rejeitam em absoluto a decisão da AdC e o seu fundamento legal, pelo que recorreram junto das instâncias judiciais competentes, com vista a garantir o total esclarecimento da verdade dos factos e a reposição da justiça, numa situação que de forma grave atenta contra a sua boa conduta e bom nome. Como resultado, o Grupo não reconheceu nenhuma provisão para o processo acima referido. Em maio de 2023 foi emitido um despacho pelo Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação (“TCSR”) condicionando o efeito suspensivo do recurso, e em consequência da obrigação do pagamento da coima aplicada pela AdC à prestação de garantia no valor correspondente a 50% do valor da mesma.

### 37. OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Aquisição de investimentos	272	1 664	205	450
Pessoal e sindicatos	559	-	446	-
Honorários	5 977	-	1 094	-
Cauções	23	-	23	-
Fornecedores de investimento	46	-	36	-
Outros credores - IRC	9 178	-	-	-
Outros credores	608	-	3 180	-
	<b>16 663</b>	<b>1 664</b>	<b>4 985</b>	<b>450</b>

- (a) A rubrica de aquisição de investimentos inclui, essencialmente, os montantes a pagar pela compra da Clínica Luís Álvares, S.A. (450 milhares de euros), Clínica CUF Montijo (300 milhares de euros) e o Hospital CUF Trindade (1 186 milhares de euros, líquidos do custo amortizado). De acordo com os respetivos contratos de aquisição, foram considerados como não correntes as correspondentes parcelas a liquidar a mais de doze meses da data da Demonstração consolidada da posição financeira.

A rubrica Honorários refere-se a valores a liquidar aos colaboradores sem vínculo contratual permanente. A variação verificada decorre do registo de responsabilidades com honorários médicos e outros profissionais de saúde em Fornecedores (Nota 39), em resultado do seu apuramento efetivo no período.

A rubrica Outros credores em 31 de dezembro de 2021 engloba essencialmente o adiantamento no montante de 2,22 milhões de euros, referente a venda do Edifício Infante Santo 34, que se encontra classificado como ativo detido para venda (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de outros credores inclui contas a pagar a partes relacionadas no montante de 9 178 milhares de euros (Nota 42), respeitantes a imposto do exercício a pagar à CUF, S.A. no âmbito do RETGS.

### 38. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Acréscimos de gastos:</b>				
Remunerações a liquidar	30 967	-	26 415	-
Gastos financeiros	170	-	103	-
Honorários	6 212	-	31 411	-
Fundo de pensões	-	-	-	-
Seguros	126	-	93	-
Informática	1 334	-	2 758	-
Rendas	-	-	13	-
Outros	6 470	-	6 072	-
	<b>45 278</b>	<b>-</b>	<b>66 865</b>	<b>-</b>
<b>Rendimentos diferidos:</b>				
Outros rendimentos a reconhecer	498	-	253	-
	<b>498</b>	<b>-</b>	<b>253</b>	<b>-</b>
	<b>45 776</b>	<b>-</b>	<b>67 118</b>	<b>-</b>

A rubrica Honorários refere-se à estimativa de valores a liquidar aos colaboradores sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é baseada no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço e nos tempos de trabalho realizados. No decurso do exercício de 2022, a redução verificada na rubrica de acréscimos de gastos com honorários de médicos e outros profissionais de saúde, decorre do registo da responsabilidade com honorários em rubricas de Fornecedores (Nota 39) e Outros credores (Nota 37) em resultado do seu apuramento efetivo no período.

Na rubrica "Outros" constam os acréscimos de gastos efetuados no fecho do ano, referentes a Custos das vendas, Fornecimentos e serviços externos (Meios complementares de diagnóstico e terapêutica - "MCDTs" - e Trabalhos especializados clínicos) e Outros gastos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de outros passivos inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 306 milhares de euros e 39 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).



### 39. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores, conta corrente	75 519	44 921
Fornecedores, faturas em receção e conferência	5 949	7 896
Adiantamentos de clientes	2 999	6 324
	<b>84 466</b>	<b>59 141</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo apresentava contas a pagar a partes relacionadas nos montantes de 2 839 milhares de euros e 2 025 milhares de euros, respetivamente (Nota 42).

### 40. GARANTIAS

#### Garantias financeiras prestadas em favor de terceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias em favor de terceiros cujo detalhe é como segue:

Beneficiário	31-12-2022	31-12-2021
Câmara Municipal de Matosinhos	-	120

#### Garantias reais prestadas em favor de terceiros

À data de 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha prestado garantias reais a instituições financeiras, através da hipoteca do imóvel do Hospital CUF Santarém, S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a CUF Cascais constituiu a favor de instituições financeiras hipoteca de primeiro grau sobre o Direito de Superfície por si detido, livre de ónus ou encargos, até ao pagamento integral das obrigações emergentes do contrato de financiamento entre a LHEA Association for Lifelong Health Education, da qual a CUF Cascais é parceira, e a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, C.R.L. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures Sintra e Litoral, C.R.L..

### Outras Garantias prestadas

- Duas livranças em Branco subscritas pela Hospimob Imobiliária, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Porto, S.A., no montante de 56,8 milhões de euros;
- Livrança em branco, subscrita pelo Hospital CUF Tejo, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A., Clínica CUF Alvalade, S.A., Clínica CUF Belém, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Porto, S.A., Hospital CUF Viseu, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A. no âmbito de vários contratos de locação, cuja dívida em 31.12.2022 era de 16,2 milhões de euros;
- Livrança em Branco subscrita pela CUF Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizada pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Tejo, S.A. especificamente para o papel comercial contratado pela CUF Investimentos Imobiliários, S.A., para garantir a dívida contraída que em 31.12.2022 era de 83,2 milhões de euros;
- No âmbito dos contratos de Papel Comercial Grupado contratado foram subscritas, por cada contrato, uma livrança em branco pelas entidades emitentes, CUF, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A. e Hospital CUF Tejo, S.A, para garantir a dívida emitida;
- No âmbito da operação de *factoring* foi subscrita uma livrança em branco por todas as entidades grupadas, Hospital CUF Descobertas, S.A. e Hospital CUF Tejo, S.A., Hospital CUF Porto, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A. e Hospital CUF Viseu, S.A.

#### 41. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

##### 41.1. PAGAMENTOS PROVENIENTES DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS E OUTROS

###### INVESTIMENTOS:

Os pagamentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam aos seguintes movimentos:

	Classificação	31-12-2022	31-12-2021
CUF Gestão Clientes e Serviços de Saúde, S.A.	Aquisição de negócio	-	10 787
Hospital CUF Descobertas, S.A.	Aquisição de negócio	-	268 897
Hospital CUF Tejo, S.A.	Aquisição de negócio	-	260 406
Clínica CUF Alvalade, S.A.	Aquisição de negócio	-	12 088
Hospital Cuf Cascais, S.A.	Aquisição de negócio	-	138 789
Hospital CUF Torres Vedras, S.A.	Aquisição de negócio	-	36 736
Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda.	Aquisição de negócio	-	16 404
Hospital CUF Viseu, S.A.	Aquisição de negócio	-	40 415
Hospital CUF Coimbra, S.A.	Aquisição de negócio	-	7 810
Hospital CUF Santarem, S.A.	Aquisição de negócio	-	46 644
Centro Logístico CUF, Unipessoal, Lda.	Aquisição de negócio	-	6 768
Clínica CUF Belém, S.A.	Aquisição de negócio	-	9 959
Cenes - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	Aquisição de negócio	-	2 659
Hospital CUF Porto, S.A.	Aquisição de negócio	-	95 562
Concentrações empresariais (Nota 5.1)	Caixa incorporada por via da aquisição	-	(25 476)
Hospital CUF Trindade, S.A.	Aquisição de negócio	2 189	-
		<b>2 189</b>	<b>928 447</b>

## 42. PARTES RELACIONADAS

### 42.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

A natureza dos relacionamentos entre o Grupo e as suas empresas associadas, os seus acionistas e outras partes relacionadas estão evidenciados no quadro seguinte:

Parte Relacionada	Localização	Transações					
		Rendimentos operacionais	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos operacionais	Gastos com o pessoal	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
<b>Acionistas:</b>							
CUF, S.A.	Portugal	Prestação de Serviços de Saúde	Trabalhos Especializados	-	-	Empréstimos Cashpooling	-
<b>Associadas:</b>							
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, SA	Portugal	Trabalhos especializados	Cedência de Pessoal	-	-	-	-
<b>Outras entidades relacionadas:</b>							
M Dados - Sistemas de Informação, S.A.	Portugal	-	Fees de Gestão de Dados	-	-	-	-
Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	Portugal	-	Comissões de estacionamento	-	-	-	-
Grupo Bondalti	Portugal	Outros serviços	Trabalhos especializados	-	-	-	-
Fundação Amélia da Silva de Mello	Portugal	-	-	Outros gastos operacionais	-	-	-
SPSI - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A.	Portugal	-	Outros fornecimentos e serviços externos	-	-	-	-
Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	-	-	Outros serviços	-	Empréstimos	-
Hospimob - Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	-	-	Outros serviços	-	Empréstimos	-
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	-	-	Outros serviços	-	Empréstimos	-
Infrahealth - Gestão de Infraestruturas, Lda.	Portugal	Arrendamento	Cedência de exploração	-	-	-	-
CUF - Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	-	-	Outros serviços	-	Empréstimos	Juros
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	Portugal	Prestação de Serviços de Saúde	-	-	Medicina no Trabalho	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	-	-	Outros serviços	-	Empréstimos	-
LHEA - Association for Lifelong Health	Portugal	-	-	-	-	Empréstimos	-

Os termos ou condições são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

## 42.2. Transações e Saldos com partes relacionadas

Parte Relacionada	Ano	Saldos devedores					Saldos credores			Fornecedores (Nota 39)	Passivos de locação (Nota 35)
		Clientes (Nota 25)	Outros ativos (Nota 23)	Outros devedores (Nota 22)	Outros ativos financeiros (Nota 20)	Outros instrumentos financeiros (Nota 27)	Outros passivos financeiros (Nota 20)	Outros passivos (Nota 38)	Outros credores (Nota 37)		
<b>Acionista:</b>											
CUF, S.A.	2022	42	3	-	-	39 562	8 565	170	9 178	530	8 891
	2021	6	-	-	-	17 838	8 869	103	-	1 054	8 470
<b>Associadas:</b>											
Centro Gamma knife - Radiocirurgia, S.A.	2022	85	7	-	-	-	-	29	-	166	-
	2021	(391)	(6)	-	-	-	-	(63)	(0)	(37)	-
Hospital CUF Trindade, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2021	(762)	36	-	26	-	(344)	(111)	(924)	5 061	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>											
M Dados - Sistemas de Informação, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Brisa - Autoestradas de Portugal	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	-
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Grupo Bondalti	2022	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2021	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SPSI - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-
	2021	4	-	-	-	-	-	-	-	14	-
Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	140	22 876
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	326	23 543
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	6	7 118
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8 258
Infrahealth - Gestão de Infraestruturas, Lda.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	163	-
	2021	-	28	-	-	-	-	-	-	292	-
CUF - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	9	127	-	-	-	-	107	-	1 305	194 389
	2021	(536)	-	-	-	-	-	-	-	364	195 719
Hospimob, Imobiliária, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31 268
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34 626
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	2022	897	-	-	-	-	-	-	-	522	-
	2021	625	-	-	-	-	3	-	65	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LHEA - Association For Lifelong	2022	-	-	250	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo MGI Capital	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	9	-	-	-	-	-	-	1 152	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Jose de Mello Capita, S.A.	2022	-	-	-	-	10 000	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	10 000	-	-	-	10	-
	2022	1 049	137	250	-	49 562	8 565	306	9 178	2 839	264 543
	2021	(267)	12	-	26	27 838	8 872	39	65	2 025	270 617

Parte Relacionada	Ano	Vendas e prestações de serviços (Nota 6)	Outros rendimentos operacionais (Nota 6)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 8)	Gastos com o pessoal (Nota 9)	Outros gastos operacionais (Nota 10)	Gastos financeiros (Nota 11)	Rendimentos financeiros (Nota 11)
<b>Acionista:</b>								
CUF, S.A.	2022	95	225	74	-	(549)	(621)	-
	2021	97	183	(55)	-	(35)	(19)	-
<b>Associadas:</b>								
Centro Gamma knife - Radiocirurgia, S.A.	2022	1 133	2	(612)	(49)	(3)	(24)	3
	2021	(1 130)	9	(52)	46	8	25	(0)
<b>Outras partes relacionadas:</b>								
M Dados - Sistemas de Informação, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	(34)	-	-	-	-
Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	2022	-	-	(440)	-	-	-	-
	2021	0	-	(31)	-	-	-	-
Grupo Bondalti	2022	10	-	-	-	-	-	-
	2021	13	-	-	-	-	-	-
Fundação Amélia da Silva de Mello	2022	-	-	-	-	(57)	-	-
	2021	-	-	-	-	-	-	-
SPSI - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A.	2022	-	0	(5)	-	-	-	-
	2021	-	-	(5)	(3)	-	-	-
Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	-	-	(322)	-	(2)	(1 083)	-
	2021	-	-	-	-	0	(91)	-
Hospimob - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	0	-	-	-	(79)	(1 371)	-
	2021	-	-	-	-	(7)	(120)	-
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	-	-	-	-	(19)	(300)	-
	2021	-	-	-	-	(2)	(27)	-
Infrahealth - Gestão de Infraestruturas, Lda.	2022	-	102	(841)	-	-	-	-
	2021	-	111	(31)	-	-	-	-
CUF - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	238	-	(1 415)	-	(427)	(8 947)	814
	2021	363	-	(180)	-	(30)	(708)	-
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	2022	632	102	(230)	(1 162)	-	-	-
	2021	463	81	(279)	(106)	-	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	2022	12	-	-	-	-	-	-
	2021	(29)	-	-	-	-	-	-
Digihealth, S.A.	2022	-	-	(163)	-	-	-	-
	2021	-	-	(17)	-	-	-	-
Grupo MGI Capital	2022	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	1	(574)	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	2022	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	(1)	(30)	-	-	-
Grupo Farminveste	2022	-	-	-	-	-	-	-
	2021	-	-	(12)	-	-	-	-
	<b>2022</b>	<b>2 120</b>	<b>432</b>	<b>(3 953)</b>	<b>(1 211)</b>	<b>(1 135)</b>	<b>(12 346)</b>	<b>817</b>
	<b>2021</b>	<b>(224)</b>	<b>385</b>	<b>(1 270)</b>	<b>(92)</b>	<b>(65)</b>	<b>(941)</b>	<b>(0)</b>

Não foram reconhecidos quaisquer gastos relativos a dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

Adicionalmente, não foram dadas ou recebidas quaisquer garantias a entidades relacionadas que não se encontrem divulgadas.

### 42.3. Remunerações do pessoal-chave da gestão

As remunerações do pessoal-chave da gestão do Grupo encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações	573	168
	<b>573</b>	<b>168</b>

A remuneração dos administradores inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em órgãos de administração de sociedades do Grupo CUF SGPS.

No Grupo, não está estabelecido qualquer outro sistema de pagamento de remuneração a administradores sob a forma de benefícios ou participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios, adicional aos montantes relativos a prémios reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Não houve indemnizações pagas nem devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das respetivas funções durante o exercício de 2022.

Adicionalmente, também não existem saldos pendentes ou outros compromissos a divulgar.

### 43. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, são conforme segue:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes (Nota 28)	28 331	21 155
Contas a receber de terceiros (Nota 22 e 25)	89 372	70 566
Outros ativos financeiros (Nota 20)	-	5 092
Outros ativos (Nota 23)	25 342	23 575
Outros instrumentos financeiros (Nota 27)	49 562	27 838
	<b>192 607</b>	<b>148 226</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Contas a pagar a terceiros (Nota 37 e 39)	102 794	64 575
Outros passivos (Nota 38)	50 979	78 903
Passivos de locação (Nota 35)	327 210	329 396
Empréstimos obtidos (Nota 33)	15 198	10 083
	<b>496 182</b>	<b>482 957</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme acima referido, os ativos e passivos financeiros do Grupo respeitam, essencialmente, a contas a receber de terceiros, caixa e seus equivalentes, empréstimos e contas a pagar a terceiros os quais se encontram mensurados ao custo amortizado.

No que se refere aos investimentos e ativos financeiros, contas a receber e contas a pagar correntes e caixa e equivalentes de caixa, o Grupo considera, face às características específicas destes instrumentos financeiros, que o justo valor não difere significativamente do seu valor contabilístico, não sendo por isso necessário, nos termos da IFRS 13 apresentar o seu justo valor por níveis de mensuração.

No que se refere aos financiamentos obtidos, o Grupo considera que o seu justo valor dependerá significativamente do nível de risco atribuído pelas entidades financiadoras e das condições que o Grupo conseguiria obter na data da demonstração consolidada da posição financeira, se fosse ao mercado contratar financiamentos de montante e prazo semelhantes aos que tem em curso em 31 de dezembro de 2022. Contudo, no entendimento do Conselho de Administração do Grupo, o seu valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, não sendo por isso necessário, nos termos da IFRS 13, apresentar o seu justo valor por níveis de mensuração.

O Grupo, no desenvolvimento da sua atividade e negócios, encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, são como segue:

- Riscos de mercado, essencialmente assentes no risco de juro;
- Riscos de liquidez, decorrentes do seu passivo financeiro; e
- Risco de crédito, que resultam da sua atividade operacional e de tesouraria.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos o Grupo identificou um conjunto de riscos associados ao desempenho financeiro de cada empresa incluída na consolidação considerando materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado (exposição às variações das taxas de juro), de crédito e de liquidez.

O Grupo detém um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

#### **a) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados do Grupo e a sua posição financeira.

O Grupo encontra-se apenas exposto aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

##### **(i) Risco de exposição às variações de taxas de juro**

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras dentro dos limites estabelecidos.

Através da política de controlo adotada procuram-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afeta negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados do Grupo.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar financiamentos com taxa de juro fixa.

O quadro abaixo apresenta uma análise de sensibilidade ao impacto de um potencial incremento das taxas Euribor nos gastos financeiros da CUF SGPS em 2022 e 2021:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Varição na taxa (p.p)	Impacto em custos financeiros (euros)	Varição na taxa (p.p)	Impacto em custos financeiros (euros)
Empréstimos correntes	+0,5	-	+0,5	10
Loações correntes e não correntes	+0,5	94	+0,5	275
		<b>94</b>		<b>285</b>

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. O Grupo encontra-se sujeito a risco de crédito no que concerne às suas atividades.

Para além da caixa e depósitos bancários, a seguinte tabela apresenta a exposição do Grupo a risco de crédito nas respetivas rubricas:

	31-12-2022	31-12-2021
Outros instrumentos financeiros (Nota 27)	49 562	27 838
Outros ativos (Nota 23 e 26)	25 342	23 575
Clientes e adiantamentos a fornecedores (Nota 25)	85 379	68 730
Outros devedores(Nota 22)	3 993	1 835
Outros ativos financeiros (Nota 20)	-	5 092
	<b>164 276</b>	<b>127 072</b>

Para ativos na Demonstração consolidada da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada na face da Demonstração consolidada da posição financeira.

### **Contas a receber**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é monitorizado da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos;
- Estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento);
- Análises de imparidade aos valores a receber numa base regular;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados.

O Grupo tem em vigor contratos de *factoring* sem recurso mediante os quais cede os créditos e em que o controlo dos créditos e partes dos riscos e benefícios são transferidos para a entidade de *factoring*.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 36.

Em 31 de dezembro de 2022, é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

### **Outros Instrumentos Financeiros**

Os Outros instrumentos financeiros incluem obrigações emitidas pelo acionista José de Mello Capital, S.A.. A monitorização do risco é feita periodicamente pela gestão, mediante a análise dos relatórios e contas das mesmas, sendo tidos em consideração os seguintes indicadores:

- Análise da situação patrimonial das sociedades;
- Análise do grau de solvabilidade;
- Capacidade de gerar recursos líquidos a partir da utilização dos ativos e análise da evolução da situação financeira;
- Análise dos pareceres dos respetivos revisores.

Adicionalmente, é analisado o *rating* destas entidades pela Agência DB.

### Outros Investimentos

Os saldos evidenciados na rubrica Outros investimentos, respeitam essencialmente a: (i) Fundo de Compensação do Trabalho, o qual é garantido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS, I.P.) e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS, I.P.).

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento permanente das previsões de tesouraria, de forma a garantir o cumprimento de todas as responsabilidades do Grupo para com as entidades com as quais se relaciona na sua atividade. Através de uma gestão ativa do *business plan* e do mapeamento exaustivo das necessidades ou excedentes futuros de tesouraria, procura ainda reduzir o risco de financiamento recorrendo a uma relação permanente com os parceiros financeiros.

O quadro abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade contratual no final de 2022 e 2021. Os montantes representam os fluxos monetários não descontados a pagar no futuro:

	31-12-2022			
	< 1 ano	1 - 5 anos	>5 anos	Total
<b>Dívida Financeira:</b>				
Financiamento por intermédio de <i>Factoring</i>	15 122	-	-	15 122
Descobertos bancários	76	-	-	76
	<b>15 198</b>	-	-	<b>15 198</b>
<b>Loações:</b>				
Passivos de locação (Nota 35)	29 042	94 082	204 086	327 210
	<b>29 042</b>	<b>94 082</b>	<b>204 086</b>	<b>327 210</b>
<b>Outros passivos:</b>				
Outros passivos financeiros (Nota 20)	8 565	-	-	8 565
	<b>8 565</b>	-	-	<b>8 565</b>
	<b>52 802</b>	<b>94 083</b>	<b>204 086</b>	<b>350 971</b>

	31-12-2021			
	< 1 ano	1 - 5 anos	>5 anos	Total
<b>Dívida Financeira:</b>				
Outros empréstimos bancários	162	-	-	162
Financiamento por intermédio de <i>Factoring</i>	9 863	-	-	9 863
Descobertos bancários	59	-	-	59
	<b>10 083</b>	-	-	<b>10 083</b>
<b>Locações:</b>				
Passivos de locação (Nota 35)	28 092	92 964	208 340	329 396
	<b>28 092</b>	<b>92 964</b>	<b>208 340</b>	<b>329 396</b>
<b>Outros passivos:</b>				
Outros passivos financeiros (Nota 20)	8 869	-	-	8 869
	<b>8 869</b>	-	-	<b>8 869</b>
	<b>47 044</b>	<b>92 964</b>	<b>208 340</b>	<b>348 348</b>

#### 44. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários totais relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, do Revisor Oficial de Contas e sua rede, são detalhados conforme segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Auditoria e revisão legal de contas	155	2
	<b>155</b>	<b>2</b>

#### 45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas e o Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas sem alterações significativas

#### 46. EVENTOS SUBSEQUENTES

No decorrer do exercício de 2022 o Grupo deu passos significativos na estratégia de crescimento e consolidação da rede CUF a nível nacional. Com efeito, foi assinado em outubro de 2022, um acordo de princípio com os acionistas da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A., para aquisição da totalidade do capital daquela unidade hospitalar, localizada no município de Lagoa, em São Miguel, tendo-se concretizado a respetiva transação em março de 2023, pelo *enterprise value* de 42 milhões de euros. Inaugurado em março de 2021, o Hospital Internacional dos Açores é já uma unidade de saúde de referência, dispondo de uma capacidade instalada diferenciada e de uma oferta alargada de serviços,

designadamente, atendimento urgente, bloco operatório, internamento, cuidados intensivos, hospital de dia e exames especiais. O Grupo contribuirá para a qualidade do trabalho desenvolvido até aqui pela atual equipa do HIA, com a qual a CUF espera continuar a contar no futuro.

Adicionalmente, no dia 27 de janeiro de 2023, a Clínica CUF Leiria iniciou a sua atividade, garantindo uma oferta alargada de cuidados de saúde diferenciadas e de experiência para os residentes de Leiria e concelhos vizinhos. Com este passo, a CUF consolida a dimensão nacional da sua rede, com unidades de referência nas cidades, no litoral e no interior do país, colocando-se, assim, ao serviço de cada vez mais portugueses. A abertura da clínica representa a primeira fase de um projeto que ficará concluído com a abertura do futuro Hospital CUF Leiria.

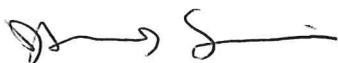
Adicionalmente, no final de 2023 foram adquiridas as participações sociais da Lusitana - Companhia de Seguros, S.A (69 920 ações), Montepio Geral - Associação Mutualista (66 240 ações) e de outros acionistas (14 208 ações) na CUF Belém, S.A., no montante de 2,9 milhões de euros, passando, a CUF SGPS a deter 96,40% da CUF Belém, S.A..

Em janeiro de 2024 foram adquiridas pela CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. as participações sociais dos outros acionistas da Clínica CUF Belém (64 ações).

Em 5 de janeiro de 2024, a CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa, detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa pelo *enterprise value* de 31,6 milhões de euros. A chegada a esta região é motivo de grande satisfação, pois permitirá disponibilizar a experiência de 78 anos na prestação de cuidados de saúde, bem como reforçar a oferta de cuidados diferenciados, junto do meio milhão de portugueses que aqui reside.

No âmbito do processo de contra-ordenação da AdC, em maio de 2023 foi emitido um despacho pelo Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação ("TCSR") condicionando o efeito suspensivo do recurso, e em consequência da obrigação do pagamento da coima aplicada pela AdC à prestação de garantia no valor correspondente a 50% do valor da mesma.

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,

